



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX - N.º 119

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 17 DE JULHO DE 1954

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 381 de 1952 no Senado Federal, que modifica o art. 8 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal, que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e da outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 71, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 20, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 15 de março de 1950, entre a Casa da Moeda e a firma AEC Companhia Sul Americana de Eletricidade, para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1.º de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 71, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 21 de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 1.º de fevereiro de 1952, entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegar à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio daquele Estado as atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 71, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 22, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 26 de maio de 1952, entre o Ministério da Agricultura e João Wanderley da Costa Lima para desempenhar a função de Assistente Edafologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 71, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 23, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 8 de dezembro de 1952, entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Aíves de Brito e sua mulher, Pedro Aíves de Brito e sua mulher e Décio Feles Carliaxo e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na fazenda Palmeirinha, Município de Crato, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 71, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 24, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 8 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Hercílio de Paiva Furtado e sua mulher Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, situados no local denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba Estado do Piauí.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 25, de 1954

Art. 1.º São aprovados o contrato e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 21 de dezembro de 1950 e 2 de janeiro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telegrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea Tronco Oeste, entre a Capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas, no mesmo Estado, na importância de Cr\$ 3.082.000,00 (três milhões e oitenta e dois mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 26, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 16 de abril de 1947, entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher Maria da Conceição Passos, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Penha, situado no Município de Iguatú, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 27, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 15 de abril de 1947, entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher, Petronília Maria da Conceição, para irrigação em terras de sua propriedade, no Município de Iguatú, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N.º 28, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de novembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado em 16 de outubro do mesmo ano, entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para desempenhar, naquele Ministério, as funções de Técnico Especializado em Mecânica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

## SENADO FEDERAL

O Senado Federal aprovou e eu promulgo a seguinte

## RESOLUÇÃO

N.º 20, de 1954

Artigo único Acrescente-se ao artigo 44 do Regimento Interno, o seguinte parágrafo:

“§ 5.º O prazo a que se refere este artigo, interrompido com a superveniência das férias parlamentares, continuará a correr na sessão imediata, salvo se outro for o relator designado para o projeto. Caso, porém, esteja esgotado o prazo, poderá o projeto ser incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra c do Regimento”.

Senado Federal, em 14 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

EXPEDIENTE  
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
HELMUT HAMACHER

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre .....	Cr\$ 50,00	Semestre .....	Cr\$ 39,00
Ano .....	Cr\$ 96,00	Ano .....	Cr\$ 76,00

Exterior

Ano .....	Cr\$ 136,00	Ano .....	Cr\$ 108,00
-----------	-------------	-----------	-------------

## FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Exterior

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante de recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

## Relação das Comissões

## Diretora

Presidente - Marcondes Filho  
1.º Secretário - Alfredo Neves  
2.º Secretário - Vespasiano Martins  
3.º Secretário - Francisco Galotti  
4.º Secretário - Ezequias da Rocha  
1.º Suplente - Prisco dos Santos  
2.º Suplente - Costa Pereira  
Secretário - Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

## Comissões Permanentes

## Economia

Pereira Pinto - Presidente.  
Landuinho Alves - Vice-Presidente  
Sa Inoco  
Júlio Leite  
Costa Pereira (\*)  
Plínio Pompeu (\*\*)  
Euclides Vieira  
(\*) Substituído pelo Senador Djan Brindeiro  
(\*\*) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo  
Secretário - Aroldo Moreira  
Reuniões às quintas-feiras.

## Educação e Cultura

1 - Flávio Guimarães - Presidente.  
2 - Cicero de Vasconcelos - Vice-Presidente.  
3 - Area Leão.  
4 - Hamilton Nogueira.  
5 - Levingo Coelho.  
6 - Bernardes Filho.  
7 - Euclides Vieira.  
Secretário - João Alfredo Ruvasco de Andrade.  
Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.  
Reuniões - As quintas-feiras, às 16 horas.

## Finanças

1 - Ivo d Aquino - Presidente.  
2 - Ismar de Góis - Vice-Presidente (\*).  
3 - Alberto Pasqualini.  
4 - Alvaro Adolfo (\*\*).  
5 - Apolinio Sales (\*\*\*)  
6 - Carlos Linderberg.  
7 - Cesar Vergueiro.  
8 - Domingos Velasco (\*\*\*\*)  
9 - Durval Cruz.  
10 - Euclides Vieira.  
11 - Ferreira de Souza.  
12 - Mathias Olympio (\*\*\*\*\*).  
13 - Pinto Aleixo.  
14 - Plínio Pompeu.  
15 - Veloso Borges.  
16 - Vitorino Freire (\*\*\*\*\*).  
17 - Walter Franco (\*\*\*\*\*).  
(\*) Substituído pelo Sen. Esperidião de Farias.  
(\*\*) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.  
(\*\*\*) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes.  
(\*\*\*\*) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.  
(\*\*\*\*\*) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.  
(\*\*\*\*\*\*) Substituído pelo Sen. Antonio Bayma.  
(\*\*\*\*\*\*) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário - Evandro Vianna, Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras às 15 horas.

## Constituição e Justiça

Dario Cardoso - Presidente.  
Aloysio de Carvalho - Vice-Presidente.  
Anísio Jobim.  
Atílio Vivacqua.  
Camilo Meroz.  
Ferreira de Souza.  
Flávio Guimarães.  
Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.  
Luiz Tinoco.  
Olavo Oliveira. (\*)  
(\*) Substituto pelo Senador Mozart Lago.  
Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.  
Auxiliar — Marília Pinto Amado.  
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

### Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — *Presidente*.  
2 — Luiz Tinoco — *Vice-Presidente*.  
3 — Hamilton Nogueira.  
4 — Rui Carneiro.  
5 — Othon Mäder.  
6 — Kerginaldo Cavalcanti.  
7 — Cicero de Vasconcelos.  
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.  
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.  
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

### Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — *Presidente*.  
2 — Hamilton Nogueira — *Vice-Presidente*.  
3 — Novas Filho.  
4 — Bernardes Filho.  
5 — Djair Brindeiro.  
6 — Mathias Olympio.  
7 — Assis Chateaubriand. (\*)  
8 — João Villasboas.  
(\*) Substituto, interinamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.  
Secretário — J. B. Castejon Branco.  
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

### Redação

1 — Joaquim Pires — *Presidente*.  
2 — Waldemar Pedrosa — *Vice-Presidente*.  
3 — Aloysio de Carvalho.  
4 — Carvalho Guimarães.  
5 — Costa Pereira.  
Secretário — Cecília de Rezende Martins.  
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.  
Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

### Saúde Pública

Levindo Coelho — *Presidente*.  
Alfredo Simch — *Vice-Presidente*.  
Prisco dos Santos.  
Vivaldo Lima.  
Dural Cruz.  
Secretário — Aurea de Barros Régio.  
Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

### Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — *Presidente*.  
2 — Luiz Tinoco — *Vice-Presidente*.  
3 — Nestor Massena.  
4 — Vivaldo Lima.  
5 — Djair Brindeiro.  
6 — Mozart Lago.  
7 — Júlio Leite.  
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.  
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

### Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Eulides Vieira — *Presidente*.  
Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.  
Alencastro Guimarães.  
Othon Mäder.  
Antônio Bayma.  
Secretário — Francisco Soares Arruda.  
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

### Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — *Presidente*.  
2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.  
3 — Magalhães Barata.  
4 — Ismar de Góes.  
5 — Silvio Curvo.  
6 — Walter Franco.  
7 — Roberto Glasser.  
Secretário — Ary Kerner Veiga de Castro.  
Reuniões às segundas-feiras.

### Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.  
Dario Cardoso.  
Francisco Gallotti.  
Camilo Mercio.  
Carlos Lindenberg.  
Antônio Bayma.  
Bernardes Filho.  
Marcondes Filho.  
Olavo Oliveira.  
Domingos Velasco.  
João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — *Presidente*.  
Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.  
Othon Mäder.  
Rui Carneiro.  
Kerginaldo Cavalcanti.  
Secretário — Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — *Presidente*.  
Mozart Lago — *Vice-Presidente*.  
Júlio Leite.  
Landulpho Alves.  
Mário Motta.  
Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasboas — *Presidente*.  
Atílio Vivacqua — *Vice-Presidente*.  
Dario Cardoso — *Relator*.  
Secretário — José da Silva Lisboa.  
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.  
Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*.  
Alvaro Adolpho — *Vice-Presidente*.  
João Villasboas.  
Gomes de Oliveira.  
Atílio Vivacqua.  
Domingos Velasco.  
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — *Presidente*.  
2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*.  
3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*.  
4 — Vivaldo Lima.  
5 — Novas Filho.  
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

### De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*.  
2 — Ivo Aquino.  
3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral*. (\*)  
4 — Atílio Vivacqua.  
5 — Victorino Freire.  
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — *Presidente*.  
2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.  
3 — Amácio Joim.  
4 — Atílio Vivacqua.  
5 — Camilo Mercio.  
6 — Ferreira de Souza.  
7 — Flávio Guimarães.  
8 — Gomes de Oliveira.  
9 — Joaquim Pires.  
10 — Olavo Oliveira.  
11 — Waldemar Pedrosa.  
12 — Mozart Lago.  
13 — Hamilton Nogueira.  
14 — Guinermes Malaquias.  
15 — Nestor Massena.  
16 — Francisco Porto.  
Secretário — Glória Fernandina Quintela.  
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — *Presidente*.  
2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.  
3 — Kerginaldo Cavalcanti.  
4 — Othon Mäder.  
5 — Rui Carneiro.  
Secretário — Italina Cruz Alves.

### Atas das Comissões

#### Comissão de Economia

6.ª REUNIAO, EM 14 DE JULHO DE 1954

As 17 horas, reúne-se esta Comissão, numa das salas de reunião sob a presidência do Sr. Senador Pereira Pinto, Presidente, presentes os Srs. Senadores Plínio Pompeu, Costa Pereira, Gomes de Oliveira, Nestor Massena e Mozart Lago, estes três últimos, designados para substituir, respectivamente, os Srs. Senadores Landulpho Alves, Sá Tinoco e Eulides Vieira, enquanto estiverem ausentes. Deixa ainda de comparecer, com causa justificada, o Sr. Senador Júlio Leite. É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente faz a seguinte distribuição:

— Ao Sr. Senador Nestor Massena as proposições que se seguem:

— Mensagem n.º 84-54, que submete à apreciação do Senado a nomeação do Sr. Fernando de Andrade Ramos para o cargo de membro do Conselho Nacional de Economia;

— Projeto de Lei da Câmara número 44-54, que majora tarifas alfandegárias referentes à 1.ª e seus derivados;

— Projeto de Lei da Câmara número 102-54, que concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas, para um carrilhão de quatro sinos, importado da Alemanha e destinado à Igreja S. Pedro de Porto Alegre, Estado do R. G. do Sul;

— Projeto de Lei da Câmara número 103-54, que concede isenção de

Impostos e taxas aduaneiras para quatro caixas contendo objetos religiosos doados pelos Franciscanos de Milão ao Convento de São Francisco, em São Paulo;

— Projeto de Lei da Câmara número 121-54, que cria no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, uma Estação de Enologia; e

— Projeto de Lei da Câmara número 134-54, que concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis; e

— Ao Sr. Senador Mozart Lago, o Projeto de Lei do Senado n.º 42-54, que dispõe sobre fixação de salário mínimo (em regime de urgência).

O Sr. Senador Costa Pereira, pronunciou seu parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

O Sr. Presidente submete à discussão e votação o citado parecer que é aprovado, com voto vencido do Sr. Senador Gomes de Oliveira.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Aroldo Moreira, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Secretário.

#### Comissão de Redação

22.ª REUNIAO, EM 16 DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

As quinze horas, do dia dezessete de julho, do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Joaquim Pires, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa e Costa Pereira, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Aloysio de Carvalho. É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Costa Pereira, apresentando a redação final do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

As quinze horas e vinte minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

21.ª REUNIAO, EM 7 DE JULHO DE 1954

(Republica-se por ter saído com incorreções)

As quinze horas e cinquenta minutos, do dia sete de julho, do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Joaquim Pires, Presidente, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa, Costa Pereira e Carvalho Guimarães, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Costa Pereira, apresentando a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior ou defesa de tese, e dá outras providências.

As dezessete horas e quinze minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secre-

tário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

8.<sup>a</sup> REUNIAO, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 1954

(Reproduz-se por haver saído com incorreções, no D. C. N., de 15 de julho de 1954).

Aos quatorze dias do mês de julho de 1954, às 16,00 horas, reúne-se, na Sala de Leitura do Senado Federal, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob a presidência do Sr. Senador Onofre Gomes, presentes os Srs. Senadores Alencastro Guimarães, Othon Mäder e Antônio Bayma, estando ausente, com causa justificada, o Presidente da Comissão, Sr. Senador Euclides Vieira.

### Sobre a mesa para recebimento de emendas

No dia 19: projeto de Resolução número 38, de 1954, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes.

### 85.<sup>a</sup> SESSÃO EM 19 DE JULHO DE 1954

#### Oradores inscritos:

#### Para o Expediente:

- 1.<sup>o</sup> — Senador Alencastro Guimarães
- 2.<sup>o</sup> — Senador Gomes de Oliveira
- 3.<sup>o</sup> — Senador Costa Paranhos
- 4.<sup>o</sup> — Senador Ezechias da Rocha
- 5.<sup>o</sup> — Senador Onofre Gomes
- 6.<sup>o</sup> — Senador Mozart Lago.

### ATA DA 84.<sup>a</sup> SESSÃO EM 16 DE JULHO DE 1954

PRESIDÊNCIA DOS SRS. ALFREDO NEVES, EZECHIAS DA ROCHA E CAFE FILHO.

As 14,30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedroso — Anísio Jucim — Prisco dos Santos — Arca Leão — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Paulo Pompeu — Olavo Oliveira — Georgino Arcano — Divaldo Ernani — Martiniano Fernandes — Djal Brindeno — Ezechias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Esperaldo de Faria — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Bernardes Filho — Nestor Massera — Costa Paranhos — Damião Cardoso — Costa Pereira — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Ivo de Aquino — Alfredo Simch — Camilo Mercio.

(30)

#### O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, esta aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

#### O SR. 1.<sup>o</sup> SUPLENTE:

(Substituído de 2.<sup>o</sup> Secretário) procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debates aprovada.

#### O SR. 4.<sup>o</sup> SECRETÁRIO:

(Serviço de 1.<sup>o</sup>) lê o seguinte

#### Expediente

##### Ofícios:

Quatro, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.053, 1.063, 1.101 e 1.103, encaminhando autógrafos dos seguintes:

#### Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1954

*Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera.*

##### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> — É aprovado o contrato celebrado, em 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera, para construção de um prédio destinado a servir de sede à Agência Postal de Tomazina, no Estado do Paraná.

Art. 2.<sup>o</sup> — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição, e Justiça e de Finanças.

#### Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1954

*Mantém a cotação do Tribunal de Contas devedor ao registro do termo de contrato celebrado entre o Conselho Nacional de Economia e Annibal Villanova Villela.*

##### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> — É mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 17 de julho de 1953, que negou registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de junho de 1953, entre o Conselho Nacional de Economia e Annibal Villanova Villela, para exercer a função de auxiliar técnico do mesmo Conselho.

Art. 2.<sup>o</sup> — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

#### Projeto de Lei da Câmara n.º 154, de 1954

*Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, para materiais importados pela Prefeitura Municipal de Aimores Estado de Minas Gerais.*

##### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> É concedida à Prefeitura Municipal de Aimores, Estado de Minas Gerais isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras exclusivas de previdência social para material destinado a montagem de uma unidade hidroelétrica e constante da relação abaixo:

1 — Turbina regulável, com eixo vertical, sistema hélice com regulação interna fabricação B. Maier, Brackwede, Alemanha com as seguintes características:

Queda líquida — 7m.  
Vasão — 19000 1-seg.  
Potência — 1552 cavas.  
Velocidade — 214 Rpm.  
Velocidade de disparo.  
Velocidade de disparo a queda máxima de 7 m — 470 Rpm.

2 — Dispositivo distribuidor para regulação interna, com palhetas-ângulos orientáveis de ferro fundido.  
Dispositivo distribuidor com buchas.  
Aro de regulação de ferro fundido com engrenagem de regulação consistindo de tirantes alavanca, dupla, eixo de regulação com mancal de base.

Tampa de ferro fundido para a turbina com mancal de guia para o eixo.  
Câmara do volante de aço.  
Cubo do rotor de ferro fundido com hélices de aço fundido.

3 — Eixo de 200 mm de diâmetro ca. 4m de comprimento de aço SM, com flangês para acoplamento forjado em uma peça com o eixo, inclusive parafusos.

Mancal-guia, com revestimento de metal patente, para lubrificação a graxa com a respectiva prensa.

Válvula de vazamento.

Chaves para montagem com quadro.

4 — Dispositivo de ventilação consistindo de válvulas de ventilação, com alavanca ao aro de regulação.

5 — engrenagem cônica de precisão para transmitir uma potência de 1552 cav. com relação de 214-1000 Rpm em caixa de ferro fundido completamente estanque a prova de pó e de óleo com rodas dentadas de liga de aço especial mancais de metal patente, com lubrificação a óleo de pessoa inclusive bomba parafusos de ancoragem prolongamento de eixo e mancal externo.

6 — 1 luva elástica entre engrenagem e gerador.

7 — 1 regulador automático de velocidade de 5000mkgs consistindo da caixa do regulador servindo como conservador de óleo com servo-motor embutido e dispositivo de comando de precisão montados na mesma.

8 — 1 compressor inclusive motor, montado sobre base comum para o carregamento do grupo de câmara de ar, porém, sem chaves e ligações elétricas.

9 — 1 dispositivo elétrico de ajustamento deve localidade para comando do quadro com motor porém, sem chave de comando e ligações elétricas.

10 — 1 volante adicional com fundo cheio de aço fundido 1400mm, Peso da coara 1330 kgs.

Peso líquido da turbina completa — 38760kgs.

Peso bruto da turbina completa — ca. 45.000kgs.

Volume de embarque — ca. 85m<sup>3</sup>.

11 — 1 gerador trifásico de corrente alternada fabricação AEG, para acoplamento por intermédio de uma engrenagem cônica com a turbina sob D, com eixo horizontal com as seguintes características:

Tipo — 6271-8.

Potência — 1250 kva. 4

Cos-phi — 0,8.

Velocidade — 1000Rpm.

Velocidade de disparo 2200Rpm.

Tensão a vazio 2400 V.

Frequência 50 ciclos-seg.

Excitação normal — 14kw. 57v.

Momento volante — 650kpm. 2.

12 — 1 excitatriz estabilizada diretamente horizontal. Forma aw 84 pes construída para regulação automática da tensão.

Capacidade contínua — 14 kw 57-v.

Capacidade intermitente — 18, kw 65v.

Peso ca. 520kgs.

13 — 1 regulador automático sistema Thrill. Forma TAG 4, para regulação rápida da tensão com uma precisão garantida de 0,5% completo com pertences necessários.

Peso ca. 65kgs.

14 — 1 regulador manual shunt com 150 estágios de regulação, tamanho HF IV af, com acionamento para quadro:

Peso ca. 50kgs.

15 — 1 jogo completo de parafusos de chumbação.

16 — 1 jogo de resistências para termômetros a distância para o controle da temperatura dos mancais.

Art. 2.<sup>o</sup> O valor do material relacionado é de:

1 — Turbina com pertences — Cr\$ 1.395.000,00.

2 — Gerador com pertences — Cr\$ 400.000,00.

Total — Cr\$ 1.795.400,00.

Art. 3.<sup>o</sup> Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

#### Projeto de Lei da Câmara n.º 155, de 1954

(3046-1-53, DA CÂMARA

*Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender a área remanescente do Hórtio Frutícola da Penha, e dá outras providências.*

##### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> É a Sociedade Nacional de Agricultura, com sede nesta capital, autorizada a vender a área remanescente do Hórtio Frutícola da Penha, conforme doação que a mesma foi feita pela Fazenda Nacional, por escritura de 3 de abril de 1918, lavrada no 2.<sup>o</sup> Ofício de Notas desta Capital.

Art. 2.<sup>o</sup> O produto dessa venda, que poderá ser feita englobadamente ou em lotes, terá obrigatoriamente a seguinte aplicação:

1) aquisição, dentro ou próximo do Distrito Federal, de uma área não inferior de 20 hectares;

2) na construção, no terreno assim adquirido, dos edifícios e mais instalações para a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, nos termos do Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946;

3) na instalação e ampliação de laboratórios; museu agrícola, biblioteca especializada, e no aparelhamento de cursos visando a formação de especialistas nos vários ramos da profissão agrícola;

4) na aquisição ou construção de bens imóveis, ou títulos da dívida pública, com cuja renda será atendido o custeio desses serviços.

Parágrafo único. Efetuada a venda e recolhido o produto ao Banco do Brasil, organizará a Sociedade um plano obediente ao que determina o presente artigo, e o submeterá à aprovação do Ministério da Agricultura.

Art. 3.<sup>o</sup> A fim de que não sofram solução de continuidade as aulas da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, poderá a Sociedade, imediatamente após a venda aplicar na aquisição da área de que trata o artigo 2.<sup>o</sup> e nas construções respectivas, até 50% do roduto, obrigando-se a sua Diretoria a prestar ao Ministério da Agricultura conta da respectiva aplicação.

Art. 4.<sup>o</sup> Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Ferreira de Souza, um Carneiro, Carlos Lindenberg, Mozart Lago, Othon Mäder (5).

#### DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES

Alvaro Adolpho, Magalhães Barata, Antonio Bayma, Victorino Frêre, Máthias Olimpio, Kerginaldo Cavalcanti, Francisco Porto, Novais Filho, Julio Leite, Durval Cruz, Walter Franco, Landulho Alves, Alôcio de Carvalho, Pinto Aleixo, Luiz Tinoco, Atílio Vivacqua, Sá Tinoco, Pereira Pinto, Levindo Coelho, Cesar Vermelho, Marcondes Filho, Euclides Vieira, Silvio Curvo, João Vilela, Vespasiano Martins, Francisco Gallotti, Alberto Pasqualini (27).



**O SR. PRESIDENTE:**

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Georgino Avelino, primeiro orador inscrito.

**O SR. GEORGINO AVELINO:**

(Lê o seguinte discurso). — Sr. Presidente,

A oportunidade da patriótica excursão de alunos militares e civis da Escola Superior de Guerra, sob o comando do eminente General Juarez Távora, ao parque salineiro do Rio Grande do Norte, leva-me a ocupar a tribuna desta Casa e solicitar alguns momentos de atenção para dois assuntos ligados ao desenvolvimento da nossa indústria do sal.

Como já é do conhecimento do plenário travou-se uma grande batalha para a construção do porto de Areia Branca, assunto pelo qual muito me interessei quando da discussão do Plano Salte durante o governo do grande patriota Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Esse velho sonho dos salineiros da minha terra, já está em via de concretização, com o encerramento da concorrência aberta pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e lavratura do contrato de construção do porto teleférico, o primeiro a ser construído na América do Sul, constante de um cabo de quinze quilômetros de extensão que levará o sal e outras mercadorias de exportação, da sua estação inicial em Ponta das Pedras ao porão dos navios surtos no Lamarão de Areia Branca.

Pela atuação eficiente do atual presidente do Instituto Nacional do Sal, Sr. Raul de Góes, o Ministério da Viação, pelo parecer do abalizado engenheiro Luis Augusto Vieira, associou a construção do porto à racionalização da indústria salineira norte-riograndense, visto aquela empreendimento só encontrar sua justificativa e rentabilidade imediata desde que concentrada a produção salineira num único ponto. Daí, Sr. Presidente, a iniciativa da Salina Única, em virtude da qual o Instituto Nacional do Sal sugeriu a supressão do primeiro trecho teleférico de oito quilômetros para que, na extensão por ele percorrida, fosse constituída a Salina Única de extração mecanizada, da qual participariam todos os produtores norte-riograndenses, na proporção de suas respectivas cotas e cuja área de cristalização coincidiria assim com a estação inicial do teleférico.

Essa sugestão foi imediatamente adotada pelo ilustre Ministro José Américo e calorosamente apoiada por todos os salineiros norte-riograndenses que já neste momento estudam a modalidade ed organização da entidade de que dirijirá a construção e exploração da Salina Única, com capacidade para mais de um milhão e duzentas mil toneladas anuais.

Pela comparação entre o custo atual das operações de fabrico e embarque, que praticamente serão as mesmas, não fôr construída Salina Única, verifica-se a compensadora economia que se poderá obter com a racionalização dos serviços de extração e embarque:

O custo atual do sal no atêrro é de 90,00 por tonelada,

o frete das barcaças é de Cr\$ 105,00, a rebocagem Cr\$ 20,00, remoção e carregio é de Cr\$ 35,00, perfazendo Cr\$ 250,00 para uma tonelada embarcada. Com a salina única e o transporte efetuado pelo teleférico, o custo do sal virá a ser de Cr\$ 40,00 no atêrro e Cr\$ 30,00 pelo transporte teleférico, importando cada tonelada embarcada em apenas Cr\$ 70,00.

Dessa comparação, Sr. Presidente, entre as despesas pelos métodos atuais e as futuras pelo sistema mecanizado, resultará uma economia de Cr\$ 180,00 por tonelada num montante presumível de Cr\$ 80.000.000,00 anuais.

Foi o próprio Presidente desta Casa, o eminente Vice-Presidente da República, Café Filho, quem pessoalmente se fez portador do memorial do Instituto Nacional do Sal ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, chefando uma comissão de salineiros interessados na construção da Salina Única.

Essa seria construída em terrenos a serem desapropriados amigavelmente, mediante empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, num total de cruzeiros 60.000.000,00, amortizados totalmente em curto prazo e a juros normais em virtude da grande economia que será realizada pelo sistema porto teleférico — salina única — como acabo de salientar.

Chamo a atenção dos nobres Senadores para a revolução econômica-social que se verificará dentro em pouco naqueles adustos rincões do meu estado natal, onde o sal é produzido até hoje, por métodos manuais atrasadíssimos e a custo de muito suor e esforços do pária trabalhador.

A mecanização dos trabalhos de colheita e embarque do sal abolirá esses métodos obsoletos e desumanos, ainda em vigor, proporcionando ao operariado das salinas um elevado padrão de vida, a par da economia apreciável que equipara o sal brasileiro aos preços internacionais e poderá transformá-lo em um dos muitos e grandes drenadores de divisas, contribuindo para o equilíbrio de nossa balança de trocas.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, um novo e promissor aspecto econômico-industrial será atendido com o sistema teleférico — Salina Única:

é a recuperação das águas "mães" de salinação, riquíssimas em sais de cálcio, magnésio, bromo e potássio que muito interessam à indústria nacional principalmente nos setores da refinação do petróleo e dos fertilizantes da terra.

Sobre este ponto já aparecem firmas estrangeiras interessadas no aproveitamento e recuperação dessas águas residuais, cujo teor em sais de bromo e potássio, é superior ao das águas do Mar Morto, objeto de uma das divergências entre árabes e judeus.

Entretanto, Sr. Presidente, para que o porto de Areia Branca, passe do plano simples do interesse regional para a órbita do intercâmbio internacional, impõem-se, ainda, duas medidas cuja oportunidade a construção do porto e da Salina Única, vem colocar em excepcional relevo.

O primeiro será o prolongamento até Areia Branca da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco e a outra é o prolongamento da Estrada de Ferro de Mossoró-Souza pela margem direita do Rio Apodi, trazendo diretamente à estação inicial do teleférico os produtos exportáveis da região, como o algodão, óleo, gesso, couros e outros mais.

Deixo aqui consignado, Sr. Presidente, o meu apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e ao Presidente da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, para que se transformem em paladinos na conjugação desses esforços, a fim de que seja realizada uma obra de interesse tão eminentemente nacional.

O Rio Grande do Norte consagrará, então, na linha histórica dos grandes pioneiros da indústria do sal, a memória de Vicente Fernandes, Miguel Faustino do Monte, Francisco Solom, Cunha da Mota, Pereira Carneiro e Antônio Ferraz, este continuado na capacidade e nos esforços do seu digno filho e sucessor, Paulo Ferraz.

E a geração moça, que deu propulsão e vitória a esse desinêrter de progresso, dignificará homens como o Deputado Mota Neto, Francisco Xavier de Queirós, Miguel Faustina do Monte Souto, Paulo Fernandes, Ciro Ribeiro de Abreu e tantos outros abnegados operários da grande empresa de renovação dos métodos de extração e racionalização da indústria do sal. A esse conjunto notável do pas-

sado e do presente, veio juntar-se ainda com prestígio e denodo a equipe do Instituto do Sal, onde homens como Raul de Góes e Francisco Menescal, estão empenhando força e convicção para que se resolva a bem do Brasil e da elevação do nosso nível econômico social esse objetivo a que a técnica moderna trará benefícios enormes para bem e riqueza do nosso País.

Que os nobres excursionistas da Escola Superior de Guerra possam tentar para esses imperativos do desenvolvimento do Rio Grande do Norte, e batalhem também pela sua plena compreensão, coroando exultantemente a missão que os leva à terra potiguar, onde as vicissitudes do clima e as inclemências do trabalho tornam a vida difícil e os homens eternos sacrificados ao jugo das necessidades e dos sofrimentos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Continua a hora do expediente, tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, segundo orador inscrito.

**O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:**

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, recordo-me de ter ouvido referência ao escrito pelo grande Presidente Epitácio Pessoa, defendendo a obra financeira de seu Governo "economizar não é juntar dinheiro, mas saber gastá-lo".

No próprio Governo Epitácio Pessoa tem-se o exemplo do acerto dessa sentença. Houvesse sido adotado no Nordeste os duzentos milhões de cruzeiros — tanto quanto custou naquela época, o Plano de Obras contra as Secas — nestes trinta e dez anos de bilhões de cruzeiros teriam sido poupados aos Tesouros Federal e Estadual, em socorro das regiões devastadas pelas secas periódicas. Dezenas e dezenas de bilhões de cruzeiro teriam sido acrescentados à economia brasileira, pela produtividade das terras recuperadas. A economia mal entendida proibiu a execução das obras e acarretou à Nação danos financeiros talvez irreparáveis e irreconhecíveis.

Traz-me hoje à tribuna, Sr. Presidente, uma notícia do O Jornal desta cidade, com referência à construção do estádio para o basquetebol.

Sou daqueles que reconhecem e proclamam as vantagens e virtudes do esporte. Contudo, hoje em dia, de bom senso, negarei o quão de importante encerra o esporte quer no aperfeiçoamento físico, que no moral da vida, pelas qualidades de disciplina, de trabalho de equipe e, ao mesmo tempo, de individualismo que confere a prática judiciosa e apropriada de um esporte, como, por exemplo, o basquetebol.

Estas considerações, entretanto, não são de molde a impedir-me de dizer, da tribuna, reparos, em nome dos interesses da população da Cidade do Rio de Janeiro, tão sacrificada pela deficiência de certos serviços públicos, justificada com a escassez de recursos do Tesouro Municipal.

E' sabido e conhecido que, de dois anos para cá, o Orçamento da Prefeitura, até então equilibrado — e, depois da volta ao regime democrático era, talvez, a única entidade federada com orçamentos em tais condições — vem sofrendo quase privilégio e acumulou deficits vez mais elevados.

Se a Capital da República apresenta deficits tão altos, que expõem a ausência de policiamento; as deficiências insuperáveis no calçamento das principais ruas; a inominável, inaceitável e insustentável falta no abastecimento d'água; a incompreensível

insuficiência no aprovisionamento de energia elétrica; os serviços telefônicos, e assim por diante, como admitir-se dispensa nas atuais condições — como o estão fazendo — de cerca de cento e vinte milhões de cruzeiros por ano para a construção de um estádio destinado ao basquetebol?

Mais de quatrocentos milhões de cruzeiros gastou-os a Prefeitura para os jogos de futebol no Estádio do Mundo.

A quem quer que examine, serenamente, os fatos que ocorrem na Cidade do Rio de Janeiro, sob a tutela do Governo Municipal, portanto também sob a nossa, certamente pensará também no contra-senso de possuírmos luzes e água e não termos um estádio de água perseguida, implacavelmente, o cricoca.

Sr. Presidente, cento e vinte milhões de cruzeiros correspondem a sessenta quilômetros de ruas pavimentadas a concreto, com largura média de dez metros, ou seja, mais do que o calçamento das principais artérias que compõem o sistema de comunicações do Distrito Federal.

Quem anda pelos subúrbios encontrará ruas importantes, constantemente habitadas, com calçamento que vergonha qualquer cidadezinha do interior do país, quanto mais na Capital da República!

Percorro essas ruas há sete ou oito anos e assevero que, na sua maior parte, se encontram nas mesmas condições, notando-se apenas pequenas melhorias, quase todas com a finalidade de atender a caprichos de chefes eleitorais.

Sabe-se, Sr. Presidente, da crise de cimento com que toda gente luta no país e, principalmente, nesta cidade, cujo preço atinge agora astronômicos. Entrando no Estádio do Maracanã foram até agora empregados 100 mil sacos de cimento, faltando ainda 86.000 para o complemento da construção.

Sabemos como são, em geral, as obras públicas, principalmente nesta natureza: calculadas a preços com latívios pela inflação — e do momento a gastar e em função dos resultados alcançados, atrair a atenção da população. Sabemos que o estádio das em 100 mil cruzeiros não fica pronto em menos de 400 mil cruzeiros, e notamos daí concluir. Sr. Presidente, não quanto sairá esta construção, quando no Estádio Municipal, cuja construção foi orçada em 60 milhões de cruzeiros — e ainda se encontra incompleta, com mais de 400 milhões, sem contar os juros do empréstimo durante o tempo da construção.

Esta cidade vai ter a cidade do mundo, mais caro do mundo, mais alto, mais bem feito. Enquanto isso o meu suplente, Senador Guilherme Malaquias, mostrou, com fatos e estatísticas, que, pelas ruas desta cidade perambulam leprosus que não têm hospitais. Não há ignorância a insignificância numérica dos leprosus para ignorá-los, assim há falta de escolas, e dos meios de comunicação. Os habitantes da Rio Douro vivendo amontoados em trens, não como gado mas, pior.

Falta, assim, dinheiro para a construção de hospitais de leprosus, de berçários, para a edificação de pré-escolares e para a pavimentação das ruas.

Soube hoje, Sr. Presidente não terem sido negadas as subvenções votadas pela Câmara Municipal para o atendimento de obras sociais; deve-se o dinheiro, porque é necessário fazer caixa, mas não falta numerário para obras de bem público.

O Sr. Hamilton Noronha — São Paulo — contrárias ao esporte, e o Sr. verdadeiro sentido, o esporte como meio para a formação

da personalidade. Esses estádios, caríssimos, incentivam o profissionalismo, que é a deturpação do esporte. Assim, acho que V. Ex.<sup>a</sup> diz muito bem, quando afirma que toda essa massa imensa de dinheiro deveria ser aplicada na solução dos problemas maiores, tremendos, do Rio de Janeiro, beneficiando essa gente que vive pior do que animais, porque estes são irracionais. V. Ex.<sup>a</sup>, que conhece tão bem a questão do transporte desta cidade, fixou muito bem a situação.

**O SR. ALENCASTRO GUIMARÃES** — Explico a V. Ex.<sup>a</sup> a questão do gado. Um vagão de gado só pode conter 29 cabeças, enquanto que num vagão de estrada de ferro que tem devem viajar 45 pessoas, se amontoadas duzentas!

**O Sr. Hamilton Nogueira** — Outra coisa. V. Ex.<sup>a</sup>, que conhece admiravelmente os subúrbios da cidade, pelos quais tanto trabalhou, quando Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, possibilitou, àquela época, a eletrificação da ferrovia. Poderá V. Ex.<sup>a</sup> imaginar o que seria hoje, sem o trem elétrico? A Prefeitura não cuidou, até agora, do transporte coletivo. Tinha, no entanto, a obrigação de levar a sério essa questão de transporte. Ruas existem, como a 24 de Maio que, há mais de trinta anos, permanece incompleta, apesar de ser um tronco para a zona norte. Estão assim, de pleno acordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. ALENCASTRO GUIMARÃES** — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão e muito agradeço o aparte com que me honrou. De fato, a rua 24 de Maio a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, é, em síntese, a expressão de descaso e abandono em que vive esta cidade.

Convém salientar, neste aspecto, que a zona norte e os subúrbios representam 75% da população carioca; apenas 25% se acha na zona sul. Não quero com isso dizer que a zona sul está mais bem servida. Sem dúvida, suas ruas estão em melhores condições do que as da zona norte, mas é perfeitamente irmã da zona norte quanto à falta dos serviços mais essenciais, falta que se sente nos aspectos mais elementares dos serviços públicos.

Recebo, neste momento, Sr. Presidente, informação complementar, com sua confirmação. Sobram 186 mil sacos de cimento para o ginásio do Maracanã, enquanto as obras da Adutora do Guandu, que tem por objetivo completar o abastecimento d'água, prosseguem lentamente por falta de cimento.

Sr. Presidente, isso é da responsabilidade da administração municipal e aproximando-se a ocasião em que teremos de prestar contas ao eleito pelo povo da Capital da República, largo um apelo ao Governador da Cidade, e ao Sr. Presidente da República, para que, ainda em tempo, mostrem que suas promessas não foram vãs e que se não foram cumpridas até agora isso foi devido a razões poderosas, que desconhecemos. Há, no entanto, fato evidente, e sem contestação, de que a cidade não pode continuar a dispendir seus poucos recursos em obras luxuosas desnecessárias, quando a água, a energia, os transportes, todos os serviços públicos, enfim, estão abaixo de um nível compatível com a dignidade da Capital da República.

Era só, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem. Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, terceiro orador inscrito.

#### O SR. COSTA PARANHOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, trago ao conhecimento do Senado uma nota do Partido Socialista Brasileiro seção de Goiás, sobre as arbitrariedades praticadas no meu Estado por um oficial da Polícia. A nota oficial é a seguinte:

"A Secretaria Geral do Diretório Regional de Goiás e a Presidência do Diretório Municipal de Goiânia, do Partido Socialista Brasileiro, vem protestar e denunciar ao povo e às autoridades, que neste cerca das 11h30m foi apreendida em Trindade, pelo Capitão Siqueira, o seu carro de alto-falante, quando este fazia propaganda dos candidatos socialistas e uma hora após o começo de difusão do programa do Partido Socialista, na parte referente às lutas das democracias e à reforma agrária. Assim teve início a série de violências e arbitrariedades que culminou com o espancamento e prisão no interior de Trindade, do Vereador Luis Conart e mais dois companheiros. A solução só foi conseguida pela interferência energica do candidato a Deputado estadual Aluízio Sá Peixoto, que numa te uma hora ficou detido pelo Capitão Siqueira e cercado de quinze soldados armados de fuzil e investigadores empunhando revólveres o amarraram também a prisão e espancamento. O motivo alegado pelo Capitão Siqueira foi ridículo e fútil. Primeiro disse que não permitia a saída do carro porque o alto-falante do Partido Socialista não estava a serviço da propaganda da candidatura do Sr. José Ludovico de Almeida como deputado com os alto-falantes da Ala Moça do PSD que naquele local tinham livre trânsito e garantia de funcionamento. Depois o Capitão Siqueira alegou que os membros do Partido Socialista haviam se referido à reforma agrária e "aquilo era coisa de comunista". Amanhã reuniram-se o Diretório Municipal para um pronunciamento em conjunto, sobre esse atentado às liberdades democráticas e à dignidade de um Partido que embora pequeno não se intimida com ameaças, não se curva às truculências, repele as violências e não se acovarda à corrupção.

Goiânia, 4 de julho de 1954. — Aluízio Sá Peixoto, Secretário Geral do Diretório Regional de Goiás, Presidente do Diretório Municipal de Goiânia.

O Conselho Municipal de Goiânia, também reunido em sessão especial, renovou o atentado praticado por aquela autoridade.

O Partido Socialista Brasileiro está em Goiás, filiado ao PSD, por um acordo e o candidato é único, e assim não se compreende a razão por que aquela autoridade, vem agindo dessa maneira.

Estamos convencidos eu e o nobre Senador Domingos Velasco, que lá se encontra no Rio de Janeiro, de que esses atos não são endossados pelo eminente Governador Sr. Jonas Ferreira Duarte, porque reconhecemos em S. Ex.<sup>a</sup> um homem moderado, de espírito justo e que deseja conduzir o governo do Estado, nesta fase pré-eleitoral, de maneira tranquila, oferecendo garantias a todos.

Esta é a impressão que temos de Sua Excelência.

**O Sr. Dario Cardoso** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) — Posso assegurar a Vossa Excelência que o Governador do Estado, em absoluto, não endossa o procedimento da autoridade a que Vossa Excelência se refere. Estou certo de que os atos praticados por esta oficial eram desconhecidos do Governador. A esta hora, porém, Sua Excelência já deve ter adotado providências tendentes a evitar a repetição de fatos idênticos.

**O SR. COSTA PARANHOS** — Muito agradeço o aparte de Vossa Excelência e estou de pleno acordo quanto às medidas que já terão sido tomadas pelo Governador do Estado. Tanto confiamos na energia e seriedade de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Jonas Ferreira Duarte, que eu e o nobre Senador Domingos Velasco acabamos de agradecer-lhe o seguinte telegrama:

"Governador Jonas Duarte — Goiânia — Acabamos de ser informados das violências cometidas pelo Capitão Siqueira contra os nossos correligio-

nários do Partido Socialista, no dia 5, em Trindade. Estamos certos de que o prezado amigo tomará providências, a fim de que seja punida aquela autoridade atrabiliária, muitas vezes reincidente na prática de violências. Saudações. — Senadores Domingos Velasco — Costa Paranhos."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, 4.º orador inscrito.

#### O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(No foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, quando for escrita a história da resistência democrática durante a fase ditatorial da vida política do Brasil, que recebeu o nome de Estado Novo, vários nomes serão fixados e sempre lembrados, tal o papel decisivo que exerceram na propaganda da restauração democrática, enfrentando toda sorte de perigos, correndo, mesmo, o risco da própria vida.

Entre os mortos serão sempre citados dois mineiros ilustres, Virgílio de Melo Franco e Luís Camilo de Oliveira, personalidades incorruptíveis, que trabalharam intensamente para a restauração da democracia, que começou na jornada de 29 de outubro de 1945 e terminou nas eleições presidenciais de 2 de dezembro daquele mesmo ano.

Entre os vivos, Sr. Presidente, entre os homens da minha geração, um está de pé na resistência permanente às tentativas de solapagem do regime. Esse batalhador, esse homem vibrante, por coincidência, é também mineiro — o ilustre Advogado Heracleito Fontoura Sobral Pinto — padrão de dignidade em todos os setores da sua vida e que tem exercido, entre os seus amigos, não só a função de companheiro, mas também a de mestre e conselheiro.

Como advogado, todos conhecem sua ação corajosa, aceitando a defesa de Luís Carlos Prestes, em face da perplexidade geral da Nação, que não compreendia como um advogado católico pudesse ser patrono do secretário do Partido Comunista Brasileiro.

Não haveria contradição entre sua ação anticomunista e a de advogado de Luís Carlos Prestes? Absolutamente, Sr. Presidente. E ele aceitou com o consentimento do ilustre Cardeal D. Leão, por, e seja qual for o acusado, ele tem direito à defesa. Indicado pela Ordem dos Advogados, teve a coragem de enfrentar a incompreensão.

Durante o Estado Novo, várias vezes, desinteressado e gratuitamente, arrastou as iras do famigerado Tribunal de Segurança, de tão negregada memória, durante um período que foi uma nódoa na história política do Brasil. Na advocacia civil, foi sempre o mesmo homem carinhoso, desinteressado, atendendo a todos.

Mas, Sr. Presidente, o que de extraordinário há em Sobral Pinto, é a sua formação genuinamente democrática. E os homens da minha geração, aqueles que fazem parte de um grupo que se reunia sempre, a eles Sobral Pinto serviu de guia. Afirmando que durante a minha mocidade, quando tinha 24 anos de idade — hélas! — fui marcado por aquela influência autoritária da *Action Française*, que tinha um grande chefe em Charles Maurras. Tive minhas veleidades artísticas, como todos os moços brasileiros na fase romântica das suas vidas.

É verdade que a doutrinação de Charles Maurras deixara certas dúvidas sobre o valor do regime democrático.

Devo, entretanto, ao meu amigo Sobral Pinto. Tão benéfica ação sobre a minha vida; a convicção de ser o regime democrático o único compatível com a dignidade da pessoa humana. Com o correr dos anos, com

a experiência própria, negativa e dolorosa de um sistema de força, opressão e violência, com minha personalidade em formação, mais a cultura e influências ocidentais como a do eminente Jacques Maritain, o maior filósofo e pensador político da atualidade, as minhas nóduas de totalitarismo desapareceram diante da convicção democrática com que entrei na luta de 1945, e que ficará — Deus o queira — até a minha morte.

Assim, Sr. Presidente, esse homem erceu na minha vida, como na de tantos outros da minha geração, uma formação de mestre, não só pela doutrinação, mas pela ação, sacrifício e proteção constante. Quantas vezes, ao ter de tratar assuntos políticos, desta tribuna, corri à casa do amigo, consultar sua imensa cultura e experiência, a fim de que pudesse defender aspectos jurídicos de problemas especializados, que não poderia apresentar porque a minha mentalidade para tal não possui a formação jurídica necessária.

Este homem, — exemplo para todos e para o Brasil — é o mesmo na sua família, o chefe da família brasileira que Oliveira Vianna chamava família padrão.

É a essa personalidade, nesta hora, que o Sr. Luthero Vargas, numa demonstração de falta de ética e cortezias, num gesto reprovável sob todos os aspectos, procura atingir com calúnias, deturpando fatos ocorridos na sua existência, e que só tiveram caráter público na sua desfiguração.

Acompanhava Sobral Pinto um colega político do governo de Arthur Bernardes, muito combatido na ocasião, pois que era sacrifício manifestar-se bernardista, uma vez que se tinha de enfrentar quase toda a imprensa da oposição do Rio de Janeiro.

Aconteceu então aquilo que poderia ter sucedido na vida de qualquer pessoa e que ele próprio, tantas vezes, já o demonstrou com a coragem do homem que se confessa publicamente. E a esse homem que o Sr. Luthero Vargas — não podendo responder politicamente — procura atacar com calúnias.

Sr. Presidente, não vim aqui para fazer a defesa de Sobral Pinto, que dela nunca precisou, pois que é capaz de fazer com o desassombro e a coragem que o caracterizam, como ainda ante-ontem, o fez na *Tribuna da Imprensa*, respondendo à carta que Luthero Vargas lhe enviara.

Essa resposta, Sr. Presidente, é realmente o retrato de uma das maiores almas do nosso mundo brasileiro.

E, não fazendo a defesa de Sobral Pinto, que — repito — jamais dela precisou, vim aqui apenas para oferecer-lhe a minha solidariedade, e prestar homenagem a um dos homens mais dignos do Brasil, em todas as épocas. (Muito bem).

Durante o discurso do Senhor Hamilton Nogueira, o Sr. Alfredo Neves, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Ezequias da Rocha.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre senador Alfredo Neves.

O SR. ALFREDO NEVES PRO-NUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

Durante o discurso do Sr. Alfredo Neves, o Sr. Ezequias da Rocha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Café Filho.

#### O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos dois requerimentos enviados à Mesa. (Pausa).

São lidos os seguintes.

### Requerimento n.º 374, de 1954

Requeremos urgência, a fim de que tenha o andamento previsto no artigo 155, § 3.º do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara número 139, de 1954, que modifica a lei n.º 1.728, de 10-11-52, que dispõe sobre a porção de pagamento das dividas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Sala das Sessões, 16 de julho de 1954. — Costa Pereira. — Djal Brindeiro. — Joaquim Pires. — Camilo Mercio. — Plínio Pompeu. — Rui Carneiro. — Draut Ernanny. — Pereira Pinto.

### Requerimento n.º 375, de 1954

Requeremos, nos termos do artigo 155, § 3.º do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 153, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a agir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1954. — Francisco Gallotti. — Waldemar Pedrosa. — Djal Brindeiro. — Luiz Tinoco. — Rui Carneiro. — Draut Ernanny. — Alfredo Simch. — Hamilton Nogueira.

### O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lidos serão discutidos e votados depois da ordem do dia. (Pausa).

Sobre a mesa um parecer que vai ser lido.

É lido o seguinte.

### Parecer n.º 541, de 1954

Da Comissão de Redação.

Redação Final do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953.  
Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fs. anexas) do Substituto do Senado ao Projeto de Lei n.º 376, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 16 de julho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Waldemar Pedrosa.

### ANEXO AO PARECER N.º 541

Redação Final do Substituto do Senado ao Projeto da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

#### Ao Projeto

Substitua-se pelo seguintes:

Art. 1.º Fica instituído o Fundo Nacional do Ensino Médio, destinado à melhoria e ampliação do sistema escolar do ensino de grau médio do país, e, sem prejuízo dos auxílios e subvenções admitidos em lei, constituído dos seguintes recursos:

a) dotação orçamentária nunca inferior a 0,1 (um décimo) da quota destinada à educação e cultura;

b) renda proveniente dos tributos federais que para esse fim vierem a ser criados;

c) juros dos depósitos bancários do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Art. 2.º O Fundo Nacional do Ensino Médio será aplicado em favor do ensino de grau médio através da concessão de:

I — bolsas de estudo aos alunos mais capazes dentre os necessitados;  
II — contribuição, mediante convênio, a estabelecimentos de ensino

de grau médio para sua manutenção, obras de ampliação e equipamento;  
III — contribuição, mediante convênios, a entidades públicas ou de direito privado destinadas a promover o aperfeiçoamento e a difusão do ensino de grau médio.

Art. 3.º Além das exigências regulamentares, bem como das estabelecidas em convênios, a execução desta lei observará as seguintes condições:

a) a aplicação da verba orçamentária prevista na letra d, do artigo 1.º, a despesa com as bolsas de estudo não deverá exceder a 60% (sessenta por cento) da dotação;

b) a distribuição das bolsas será proporcional à população de cada Estado, dos Territórios do Distrito Federal, obedecendo ao critério, estritamente, aos limites das deficiências locais;

c) o aluno que obtiver a bolsa, será obrigado a estudar no estabelecimento do ramo de ensino de sua escolha, mais próximo da local onde reside, e, em circunstâncias excepcionais poderá estudar em estabelecimento de outra localidade;

d) para os fins previstos no número 17 do artigo 2.º os convênios, sob pena de nulidade, estipularão cláusulas que impeçam o supletamento indireto por parte do proprietário, ou de terceiro com os auxílios para obras, obrigam, quando se tratar de auxílios para manutenção a destiná-los para a suplementar a remuneração de seus professores.

e) quando se tratar de estabelecimento sem fim lucrativo a subvenção para obras não estará subordinada às condições estabelecidas na letra d, deste artigo, desde que os Estados garantam, no caso de extinção, a sua transferência para outros estabelecimentos de ensino, igualmente filantrópicos.

Art. 4.º Os créditos orçamentários adicionais destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão, automaticamente, repatriados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 5.º Os recursos destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão depositados no Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal, e a disposição do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6.º O Poder Executivo expedirá os atos necessários à execução desta lei e à fiel observância de seus preceitos.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido um requerimento enviado à Mesa.

É lido e sem debates aprovado o seguinte

### Requerimento n.º 376, de 1954

Requeremos dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, a fim de ser imediatamente discutida e votada nos termos do artigo 146, § 1.º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1954. — Dario Cardoso.

### O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o deliberado pelo Plenário, está em discussão a redação final do Substituto ao Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953.

Nenhum Sr. Senador usando da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação. — (Pausa).

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Designo, nos termos do Regimento, o nobre Senador Cicero Vasconcelos para acompanhar, na outra Casa do Congresso, o estudo do Substituto oferecido pelo Senado. (Pausa).

Pelo nobre Senador Plínio Pompeu foi enviado à Mesa um requerimento. (Pausa).

É lido e aprovado o seguinte

### Requerimento n.º 377, de 1954

De acordo com os artigos 24 e 25 do Regimento, requero urgência e cinco dias de licença, a fim de ficar afastado dos trabalhos do Senado a partir de 17 do corrente.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1954. — Plínio Pompeu.

### O SR. PRESIDENTE:

A Mesa convocará o suplente do Senador Plínio Pompeu, nos termos do Regimento.

Finda a hora do expediente, passo a

### ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo número 41, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 203, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob número 204, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luiz Tinoco); da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 205, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luiz Tinoco); da Comissão de Relações Exteriores, sob número 205, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, pela aprovação (proferido oralmente na sessão de 3 de maio de 1954).

### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto. (Pausa). Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está rejeitado.

### O SR. FLAVIO GUIMARAES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação da votação.

### O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação, solicitada pelo nobre Senador Flávio Guimarães.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o Projeto. — (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovam o Projeto, e levantar-se os que o rejeitam. — (Pausa).

Votaram pela aprovação do Projeto 14 Senhores Senadores, e pela rejeição, 13.

É rejeitado o seguinte

N.º 41, de 1952

Aprova o texto do Convênio Cultural assinado, em Madrid, entre o Brasil e a Espanha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o texto do Convênio Cultural assinado, em Madrid, a 23 de junho de 1951, entre o Brasil e a Espanha.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Srs. Membros do Congresso Nacional:

De acordo com o preceito constitucional, submeto à vossa aprovação em cópia devidamente autenticada o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, a 23 de junho de 1951.

Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1951. — Getúlio Vargas

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Em, 9 de outubro de 1951

DCI-DAI-542 6/84

A Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência as inclusas cópias autenticadas do Convênio cultural entre o Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, a 23 de junho de 1951.

2. Segundo determinadas cláusulas do Acordo, as Altas Partes contratantes fomentarão, mediante as instituições culturais dos seus respectivos países, o estudo do conteúdo comum das tradições de ambos e dos seus vínculos históricos; facilitarão a difusão de livros, a celebração de concertos, certames e exposições assim como o intercâmbio de películas cinematográficas e programas de rádio-difusão.

3. Cada uma das Altas Partes contratantes concederá aos nacionais da outra as mais amplias facilidades compatíveis com as leis em vigor, para as investigações nos Arquivos e Bibliotecas nacionais, favorecendo os serviços de permuta bibliográfica e de cópias de documentos. Ambas, dentro do possível, favorecerão o funcionamento em seu território das instituições criadas e que se venham a criar dentro do espírito do Convênio e permitirão que outras organizações ou contribuições voluntárias auxiliem o funcionamento daquelas. Com o propósito de facilitar o mútuo entendimento e para confirmar o espírito de colaboração e amizade entre os dois países cada um dos Governos poderá manter, no território do outro, instituições culturais ou de turismo, bibliotecas e centros cinematográficos, que sejam considerados úteis para levar a bom termo os fins do Convênio.

4. Ambos os Governos facilitarão reciprocamente a celebração nas escolas, universidades e demais centros culturais dos seus respectivos países, de cursos e conferências sobre a língua, a literatura, a história e a cultura do outro tendo em conta os recursos internos e as leis em vigor, estimulando para tanto as visitas de intelectuais e professores. Estimularão também o intercâmbio de estudantes entre o dois países, facilitando por todos os meios a concessão de bolsas de estudo, ou de viagem com o fim de facilitar-lhes a realização de cursos, investigações e estudos.

5. Cada uma das Altas Partes contratantes empregará os maiores recursos no sentido de estender aos nacionais da outra cujas atividades estejam compreendidas no escopo do Convênio, um tratamento tão favorável, concernente à entrada, permanência, trânsito e saída, quanto seja possível com as leis em vigor.

6. Cada uma das Altas Partes contratantes ativará a difusão das obras literárias ou artísticas de autores nacionais da outra, que se refiram a qualquer aspecto da sua cultura e promoverá a revisão dos textos literários e publicações utilizados em seus estabelecimentos de ensino, de modo a



evitar que, sob qualquer forma, se falseie a verdade histórica.

7. A cooperação prevista no Convênio não prejudicará a atividade de qualquer outro organismo internacional destinado à cooperação cultural e do qual seja membro uma das Altas Partes contratantes, nem afetará o desenvolvimento das relações culturais entre uma delas e um terceiro Estado.

8. Ambos os Governos procurarão estimular o intercâmbio, a circulação e a difusão de publicações de caráter cultural, técnico e administrativo dos dois países.

9. Penso, Senhor Presidente, que o novo ato merece a aprovação do Congresso Nacional, parecendo-me, pois, conveniente que a esse seja o mesmo submetido, de acordo com o artigo 66, alínea I, da Constituição Federal, se com isso concordar Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — João Neves da Fontoura.

#### CONVÊNIO CULTURAL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A ESPANHA.

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha, desejando estreitar os laços de amizade que regem as relações entre os dois países e com o fim de estimular um maior intercâmbio cultural entre os seus respectivos povos no campo das atividades intelectuais artísticas, educacionais e literárias, resolveram concluir um Convênio Cultural e para tal fim nomearam Plenipotenciários.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Rubens Ferreira de Mello, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Espanha.

O Excelentíssimo Senhor Chefe do Estado Espanhol, Sua Excelência o Senhor Alberto Martín Artajo, Ministro de Assuntos Exteriores, os quais, após terem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

##### Artigo 1

As Altas Partes contratantes fomentarão, mediante as instituições culturais dos seus respectivos países, estudo do conteúdo comum das tradições de ambos e dos seus vínculos históricos.

##### Artigo 2

As Altas Partes contratantes, em seu desejo de fortalecer a mútua compreensão e as relações culturais entre os seus povos, procurarão facilitar a difusão de livros a celebração de concertos, certames e exposições, assim como o intercâmbio de películas cinematográficas e programas de rádio-difusão.

##### Artigo 3

Cada uma das Altas Partes contratantes concederá aos nacionais da outra as mais amplas facilidades, compatíveis com as leis em vigor, para as investigações nos Arquivos e Bibliotecas nacionais, favorecendo os serviços de permuta bibliográfica e de cópias de documentos.

##### Artigo 4

As Altas Partes contratantes favorecerão, dentro do possível, o funcionamento em seu território das instituições criadas e que se venham a criar dentro do espírito deste Convênio e permitirão que outras organizações ou contribuições voluntárias auxiliem o funcionamento daquelas

##### Artigo 5

Com o fim de facilitar o mútuo entendimento e para confirmar o es-

pírito de colaboração e amizade entre as duas nações, os dois Governos poderão manter no território do outro instituições culturais ou de turismo, bibliotecas e centros cinematográficos, que sejam considerados úteis para levar a bom termo os fins deste Convênio.

##### Artigo 6

Ambos os Governos facilitarão reciprocamente e na medida do possível, pelos meios ao seu alcance, a celebração nas escolas, universidades e demais centros culturais dos seus respectivos países, de cursos e conferências sobre a língua, a literatura, a história e a cultura do outro, tendo em conta os regulamentos internos e as leis em vigor.

Cada uma das Altas Partes contratantes estimulará as visitas de intelectuais e professores por meio dos serviços de intercâmbio intelectual para os cursos e conferências previstos no parágrafo anterior.

##### Artigo 7

Um e outro Governo estimularão o intercâmbio de estudantes entre os dois países, facilitando por todos os meios a concessão de bolsas de estudo ou de viagens; mediante auxílio de diversas formas aos nacionais de ambos os países, com o fim de facilitar-lhes a realização de cursos, investigações e estudos, seja por intermédio de suas instituições acadêmicas e culturais, seja estimulando outros gêneros de iniciativas, proporcionando, além disso, todas as informações necessárias relativas à assistência concedida.

##### Artigo 8

Cada uma das Altas Partes contratantes empregará os maiores esforços no sentido de estender aos nacionais da outra, cujas atividades estejam compreendidas no campo deste Convênio, um tratamento tão favorável quanto possível e a maior permanência transitória e saída, quanto seja compatível com as leis em vigor.

##### Artigo 9

Cada uma das Altas Partes contratantes ativará a difusão, pelos meios apropriados, das obras literárias ou artísticas de autores nacionais da outra, que se refiram a qualquer aspecto de sua cultura.

##### Artigo 10

Cada uma das Partes contratantes promoverá a revisão dos textos, livros e publicações utilizados em seu estabelecimento de ensino, afim de evitar que, sob qualquer forma, se falseie a verdade histórica.

##### Artigo 11

A cooperação prevista neste Convênio não prejudicará a atividade de qualquer outro organismo internacional destinado à cooperação cultural e do qual seja membro uma das Altas Partes contratantes, nem afetará o desenvolvimento das relações culturais entre uma das Altas Partes contratantes e um terceiro Estado.

##### Artigo 12

Ambos os Governos procurarão estimular o intercâmbio, a circulação e a difusão de publicações de caráter cultural, técnico e administrativo de ambos os países, concedendo, para esse fim através de seus organismos competentes, as necessárias facilidades.

##### Artigo 13

O presente Convênio entrará em vigor imediatamente, depois de efetuar-se a troca de instrumentos de ratificação, que se realizará no Rio de Janeiro no prazo mais breve possível.

Cada uma das Altas Partes contratantes poderá denunciar o presente

Convênio em qualquer momento e seus efeitos cessarão um ano após a denúncia.

##### Artigo 14

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha se comprometem a adotar, mediante ulterior troca de notas, as medidas oportunas para tornar efetivas as estipulações deste Convênio.

Em fe do que, os Plenipotenciários acima indicados firmam o presente Convênio, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, e lhes apõem aos seus selos na cidade de Madrid, aos 23 do mês de junho de 1954, ano mil novecentos e cinquenta e um. — Rubens Ferreira de Mello. — Alberto Martín Artajo.

E' cópia autêntica do texto do Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha.

#### O SR. PRESIDENTE:

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Votação, em discussão única, do 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem da Pampulha em Belo Horizonte, de urgência, nos termos do art. 155, § 4º do Regimento Interno, em virtude da aprovação, na sessão de 15-7-54, do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Bernardes Filho e putros Srs. Senadores, tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 540, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (proferido oralmente, na sessão de 15-7-54); da Comissão de Finanças, idem.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

E aprovado e vai à sanção o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 129, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º As obras de reconstrução da barragem da Pampulha serão executadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, em cooperação com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Art. 3.º A aplicação do presente crédito compreenderá os estudos necessários e projeto da nova obra ou aproveitamento da parte não destruída, demolição da parte que se fizer necessária e reconstrução da barragem, inclusive aquisição de equipamento.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Votação do Requerimento número 349, de 1954, do Sr. Luiz Tinoco e outros Senadores

res, solicitando urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto da Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira, e do Lode Brasileiro (Patrimônio Nacional).

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados.

Está aprovado.

O projeto entrará na Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira.

Votação do Requerimento número 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simão e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto será incluído na Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira.

Votação, em 2.ª discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de em 15-8-1954, tendo pareceres favoráveis; da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 364, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas; sob n.º 365, de 1954, da Comissão de Finanças, sob n.º 366, de 1954.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

E aprovado e vai à Câmara dos Deputados o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 25, DE 1953

Autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste.

Art. 1.º E o Poder Executivo autoriza a nomear uma Comissão de técnicos, para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste, e classificá-las na ordem decrescente de seu poder de recuperação econômica.

Art. 2.º Dessa comissão farão parte:

- O chefe do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;
- O Chefe do Serviço Agro-Industrial do mesmo Departamento;
- Um técnico indicado pelo Ministro da Agricultura;
- Um técnico indicado pelo Conselho de Economia;
- Um técnico indicado pelo Conselho de Engenharia.

Art. 3.º A Comissão examinará "in loco" as obras iniciadas, e as projetadas, assim como indicará outras que, por seu alto valor econômico, devam ter a preferência na ordem de execução.

Art. 4.º Dentro de seis meses depois de sua designação a Comissão apresentará ao Ministro da Viação um minucioso relatório, discriminando na ordem decrescente: as obras de recuperação econômica, com dados sobre os seus custos, a lavou- ra adequada a cada bacia irrigável,



o potencial hidrelétrico que se possa captar, seu aproveitamento assim como o tempo provável para os seus auto-financiamentos.

Art. 5.º As construções das grandes barragens serão seguidas, automaticamente, de obras de irrigação que devam terminar ao mesmo tempo das que as.

Art. 6.º O Departamento Federal de Obras Contra Secas não iniciará outras obras, desse grupo sem a garantia de verbas suficientes para o término das que se acham em execução, no prazo estipulado pela Comissão.

Art. 7.º Pelo menos 50% das verbas orçamentárias de que trata o art. 1.º da Constituição Federal, salvo o terço referente ao § 1.º desse artigo, serão destinados ao custeio dessas obras.

Art. 8.º O Executivo poderá autorizar o contrato das referidas obras com companhias idôneas, nacionais ou estrangeiras, e fazer as operações de crédito para financiá-las em curto prazo, garantindo esse financiamento com verbas orçamentárias para os anos subsequentes.

Art. 9.º O Executivo poderá contratar por intermédio do Ministro da Viação técnicos nacionais ou estrangeiros para a elaboração e execução desse programa, dando-lhes uma remuneração compatível com suas funções.

Art. 10.º E' o Executivo autorizado a abrir o crédito de cinco milhões de cruzados, para ocorrer às despesas necessárias para a execução desse projeto.

Art. 11.º Revogam-se as disposições em contrário.

*Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta disposições ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.*

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

O Sr. 1.º Secretário proceda à leitura da seguinte.

#### Requerimento n.º 378, ed 1954

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, seja apreciado em último lugar, o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 1954. — Mozart Lago.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento do nobre Senador Mozart Lago.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). — Está aprovado.

O Projeto será apreciado em primeiro lugar na Ordem do Dia. (Pausa).

As matérias seguintes avulso, referentes aos itens 7, 8, 9, e 10, referem-se a Mensagem do Sr. Presidente da República, que serão apreciadas em sessão secreta. Para esse fim, solicito dos srs. funcionários as devidas providências.

A SESSÃO TRANSFORMA-SE EM SECRETA ÀS 16 HORAS E VOLTA A SER PÚBLICA ÀS 17 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. CAETANO FILHO.

#### O SR. PRESIDENTE:

Estão reiniciados os trabalhos da sessão pública (Pausa).

Na sessão secreta o Senado apreciou apenas a matéria correspondente ao item 7, da Ordem do Dia, deixando de fazê-lo quanto às outras por falta de número para as votações.

*Discussão única do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar.*

*tar e as outras providências (incausado em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do requerimento n.º 360, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Neves, aprovado na sessão extraordinária de 15-7-1954), tendo pareceres favoráveis (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores e depena n.º de encaminhamento da Comissão de Finanças.*

#### O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

São lidos os seguintes

Pareceres ns. 542 e 52, de 1954

N.º 542, de 1954

*Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Resolução n.º 27-53, que autoriza a ida de Senadores a Conferência da União Interparlamentar, providência sobre a ida de representantes do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar a comparecer à reunião anual do aludido órgão e dá outras providências.*

Relator: Sr. Anísio Jobim.

1. Como se vê da ementa acima, o Projeto de Resolução do Senado Federal, que tomou o n.º do ordem 27 de 1953, autoriza a ida de Senadores a Conferência da União Interparlamentar, providência sobre a ida do representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil, no Conselho da União Interparlamentar a comparecer à reunião anual do aludido órgão e dá outras providências.

2. A Mesa justifica o referido Projeto de Resolução, dizendo, pelo seu primeiro Secretário o ilustre Senador Alfredo Neves, relator, que "a providência em apreço procura regular a participação do Senado Federal nas Conferências e no Conselho da União Interparlamentar que se reúnem anualmente e nas quais o Congresso Nacional, por suas duas Câmaras, se tem feito continuamente representar.

Com esta medida legislativa também se cumpre a 1.ª secretária do Senado Federal a incumbência de proporcionar verba orçamentária necessária às despesas com essa representação, que se tem tornado permanente. Aliás, a leitura do próprio projeto, pelos assuntos que versa, mostra o real interesse da medida proposta".

3. Em poucas palavras, sem longa explanação do assunto, o douto relator reuniu a necessidade e as vantagens que advêm para o Senado da República fazer-se representar naquele certame a realizar-se em Washington de 9 a 12 de outubro do corrente ano.

A digna Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados debateu o assunto com a visão larga, como demonstra o seu parecer, que consta do Diário do Congresso Nacional de 18 de setembro do ano em curso.

Além do discurso e da comunicação do Deputado Luís Garcia, o Parecer a que já nos referimos orienta e explana a matéria, que merece toda a atenção, e por isso o adotamos, pela viveza do colorido da linguagem e pelas reflexões com que o aforismou.

4. No conclave a realizar-se na cidade de Washington, "serão debatidos importantes temas, como sejam: as necessidades e as incidências da assistência técnica e financeira internacional; — o papel dos parlamentos em matéria de política estrangeira — os direitos dos povos de dispor de si mesmos".

Resaltadas as conveniências e a utilidade transcendental de tais confe-

rências, não pode o Senado Brasileiro deixar de se fazer representar em tão momentosa reunião, da que podemos colher os melhores resultados no campo internacional e no âmbito da economia.

Deste modo, é nosso parecer seja autorizada a Mesa a enviar representantes do Senado, nos termos do Projeto de Resolução, às Conferências da União Parlamentar como Grupo Nacional, ficando o dever de os representantes do Senado apresentarem relatórios minuciosos, que concluem por Projetos de Lei ou de Resolução a serem considerados devidamente por esta Câmara Alta do país.

Pela aprovação, pois, do Projeto de Resolução, em apreço, ora submetido ao exame e consideração desta Comissão, com a seguinte:

#### EMENDA N.º 1-C

Acrescente-se ao artigo 1.º, in fine, o seguinte:

"observado o princípio constante do parágrafo único do artigo 40 da Constituição Federal".

Sala Rui Barbosa, em 22 de outubro de 1953. — Dário Cardoso, Presidente — Anísio Jobim, Relator — Atílio Viracouda. — Gomes de Oliveira. — Sérgio de Carvalho. — Flávio Guimarães. — Joaquim Pires.

#### EMENDA DO RELATOR APROVADA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### EMENDA N.º 1-C

Ao art. 1.º do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953.

Acrescente-se ao artigo 1.º, in fine, o seguinte:

"observado o princípio constante do parágrafo único do artigo 40 da Constituição Federal".

A Comissão aprovou a emenda supra.

Em 22 de outubro de 1953. — Dário Cardoso, Presidente.

N.º 543, de 1954

*Da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Resolução n.º 27, de 1953.*

Relator: Sr. Novais Filho.

O Projeto de Resolução elaborado pela Comissão Executiva desta Casa traça normas à representação do Senado no Conselho da União Interparlamentar e dá providências de ordem efetiva quanto ao comparecimento de Senadores designados à reunião anual da aludida organização.

Não há negar da necessidade das medidas consubstanciadas no projeto em tela. Sendo de toda utilidade o comparecimento do Senado, através de suas delegações, a certames onde se ventilam idéias e preceitos do mais alto interesse para os povos civilizados, acertado é que esta Casa tenha normas fixadas para, bem prescrever os meios e indispensáveis a que a que as representações do Senado possam bem desempenhar das missões recebidas.

A Comissão de Relações Exteriores opina favoravelmente ao Projeto.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 1954. — Hamilton Nogueira Vice-Presidente em exercício. — Novais Filho, Relator. — Djair Brindeiro Ferreira de Souza — Georgino Avelino.

#### O SR. PRESIDENTE:

Peço o parecer da Comissão de Finanças.

#### O SR. IVO D'AQUINO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, nomeei o nobre Senador Joaquim Pires para relatar o Projeto de Resolução n.º 27, de 1953.

Ausente, no momento, S. Ex.ª, vou ler o relatório que elaborou, aceito pela Comissão de Finanças. É o seguinte:

"O presente projeto, de iniciativa da Comissão Diretora, regula a participação do Senado Federal à Conferência Anual da União Interparlamentar.

O art. 3.º prevê a inclusão, no Orçamento Federal, anualmente, de dotação para atender às despesas com o transporte, estada e representação dos componentes do Grupo Nacional do Senado no referido conclave, bem assim do representante do Senado no Conselho da União Interparlamentar.

Examinando o projeto sob o seu aspecto financeiro, nada tem a opor a sua aprovação, convidando a esclarecer que o Orçamento em vigor já consignou os recursos necessários nos encargos a que o mesmo se refere".

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alfredo Neves, relator da matéria na Comissão Diretora.

#### O SR. ALFREDO NEVES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o presente projeto de resolução foi apresentado pela Comissão Diretora em 16 de setembro de 1953, a exemplo do que fez a Câmara dos Deputados, por haver sido convidado o Congresso Nacional a participar da Conferência Interparlamentar que se realizaria em Washington em outubro daquele mesmo ano.

O Projeto seguiu os trâmites regimentais e sómen e hoje veio a plenário, em virtude de requerimento do orador, na forma do art. 90, do Regimento.

Envolve medida indispensável, não a nossa Delegação, em geral, comparecia às Conferências sem que o Brasil houvesse preenchido as formalidades para se tornar um dos Membros da União Interparlamentar; a representação brasileira era apenas observadora.

Na Conferência de Washington, por iniciativa da Delegação, cujo Vice-Presidente era o nobre Deputado Hélio Cabral, depois de impenhável, entenderam-se, por via telegráfica, as Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado e os representantes brasileiros, entre os quais se encontrava o nobre Senador Domingos Velasco, membro do Conselho da União Interparlamentar, chegando-se a acordo, e imediatamente o Brasil passou a participar da Conferência.

O projeto revivia perfeitamente o assunto. Do Orçamento para o corrente ano já consta a verba referente à adesão do nosso país à União Interparlamentar, cuja sede é em terna, para que a representação brasileira compareça com ajuda de cus o suficiente.

A Comissão Diretora aguarda, apenas, a aprovação do projeto para providenciar o de 13.050 francos suíços, pagamento da contribuição, pois já entrou em entendimento com o Ministério das Relações Exteriores e competentes providências foram tomadas.

Depende, apenas, da aprovação desse Projeto de Resolução o cumprimento, por parte do dos seus deveres para com o Congresso Interparlamentar.

Dispõe o mesmo Projeto que a Delegação Brasileira seja nomeada com prazo suficiente e para os representantes do Senado e da Câmara tomarem conhecimento do temário, estudá-lo e, se quiserem, apresentar com a contribuição do Parlamento brasileiro.

Estou certo de que, aprovado o Projeto de Resolução e, logo após, nomeada a nossa Delegação, poderemos, ainda com tempo útil, participar da reunião assembleária e oferecer nossos pontos de vista. Dessa forma, daremos

relevo e brilho à nossa representação e ofereceremos ao Congresso interparlamentar uma contribuição atualizada.

Pelas razões expostas, espero que o Senado aprove a proposição. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa). Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa). Encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

#### SÃO ENCERRADAS AS DISCUSSÕES E ADIADAS AS VOTAÇÕES DAS SEGUINTE MATERIAS:

Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1953, que cria a cadeira de Etnologia Brasileira e Língua Tupi em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do país. Pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 459, de 1954, favorável (com voto em separado do Sr. Senador Carvalho Guimarães); da Comissão de Finanças, sob n.º 460, de 1954, contrário.

Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe o foro das causas em que as autarquias forem autoras. Parecer favorável, sob n.º 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Senador Djair Brindeiro, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento, nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

#### O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria da Ordem. Tem a palavra o nobre Senador Dario Cardoso.

#### O SR. DARIO CARDOSO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, recebi de Anápolis, no Estado de Goiás, telegrama de uma das principais firmas exportadoras de café, naquela cidade, concebido nos seguintes termos:

"A base do financiamento do café goiano, que não é inferior ao paulista, mineiro e paranaense, continua sendo aqui de noventa e cinco cruzeiros, pela Agência do Banco do Brasil. Os produtores e exportadores deste Município pedem ao ilustre e prestigioso Senador Dario Cardoso, por nosso intermédio, sua valiosa interferência junto ao Presidente do Banco do Brasil no sentido de autorizar a Agência local, por telegrama, o financiamento a preço atualizado." — Saudações a Vossa Excelência — Pina & Irmão".

Sr. Presidente, é incompreensível que até hoje a base do financiamento do café, em Goiás, continue a ser de Cr\$ 900,00, quando os demais Estados cafeeiros é superior.

Estranhando esta circunstância, Sr. Presidente, dirijo desta tribuna veemente apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil no sentido de que autorize as agências desse estabelecimento de crédito, no Estado de Goiás, a dar ao café goiano o mesmo tratamento dispensado ao dos demais Estados produtores.

O café goiano, considerado dos melhores do Brasil, é do tipo fino. Sua cultura cresce dia a dia, não obstante as dificuldades de toda ordem com que lutam os plantadores no meu Estado — dificuldades de financiamento, falta de técnicos, em agricultura para orientá-los, deficiência de transporte. No entanto, graças ao labor da qual gente, a delicada natureza goiana, a feracidade de suas terras, pode dizer-se que o ciclo do café está

se deslocando para o grande Estado central.

Devo pedir a atenção das autoridades competentes para a injustiça que neste como nos demais setores de atividades agrícolas vem sofrendo Goiás.

A nossa produção cafeeira, Sr. Presidente, figura sempre erroneamente nos dados estatísticos do Instituto Brasileiro do Café, isto porque, devido à falta de transporte e, também, a interesses dos compradores mineiros e paulistas, o nosso café é exportado, na maioria, com mineiro e paulista. Apesar desse desvio da nossa produção, encolhida na de outros Estados, as estatísticas ainda acusam uma boa parcela de café goiano.

Informo ao Senado que, ontem, o nobre Senador Atílio Vivacqua, representante de um Estado cafeeiro e profundo conhecedor do assunto, me deu ciência de que Goiás, atualmente, vende de café o mercado do Rio de Janeiro. É o produto do meu Estado que está sustentando esta obra. No entanto, sofre todos os inconvenientes.

A situação criada pelo Banco do Brasil é prejudicial para o Estado de Goiás, e como seu representante, não posso deixar de apelar o apelo que fazem, por meu intermédio, os seus produtores e plantadores de café.

O Sr. Costa Paranhos — Permite V. Ex.ª um apelo? (Assentimento do orador) — O apelo de V. Ex.ª será atendido, pois, além de representante do povo goiano, o meu nobre colega é líder da maioria nesta Casa.

O SR. DARIO CARDOSO — Agradeço a interferência de V. Ex.ª.

Sr. Presidente finalizando, endosso o que faço da maneira mais veemente o apelo dos produtores e plantadores de Anápolis e de todo o Estado de Goiás, no sentido de que o Banco do Brasil autorize suas agências a financiar o café nos mesmos moldes em que o fez nos Estados do Paraná, São Paulo e Espírito Santo.

Era o que tinha a dizer (Muito bem, muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar vou encerrar a sessão designando para a de segunda-feira a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reafirma a aposentadoria e a pensão dos bancários e dos demais segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9-7-1954), tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 529, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 330, de 1954, favorável; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 531, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 14 de julho de 1954), favorável, com a emenda que oferece, sob n.º 1-C; e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre a emenda de Plenário (n.º 2).

Votação, em discussão preliminar, do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo, em regime de urgência, nos termos de art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 325, de 1954, do Senador Otton Mäder e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9 de julho de 1954), tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e dependente de pronunciamento da mesma Comis-

são sobre as emendas oferecidas em Plenário.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108 de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Decio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores a Conferência da União Interparlamentar e dá outras providências (incluindo em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra "a", do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 360, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Neves, aprovado na sessão extraordinária de 15-7-54), tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1953, que cria a cadeira de Etnologia Brasileira e Língua Tupi em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do país. Pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 459, de 1954, favorável (com voto em separado do Sr. Senador Carvalho Guimarães); da Comissão de Finanças, sob n.º 460, de 1954, contrário.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autoras. Parecer favorável, sob n.º 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 72, de 1954, do Sr. Senador Djair Brindeiro, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

Votação do Requerimento n.º 341, de 1954, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Votação do Requerimento n.º 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Nota: O projeto foi lido na sessão de 1-7-54, sendo despachado as Comissões de Economia e de Finanças. Está em poder da primeira.

Votação do Requerimento n.º 375, de 1954, do Sr. Francisco Galotti e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 133, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer as despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

Nota: O projeto foi lido na sessão de 14-7-54. Está na Comissão de Finanças.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitorias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1953, que atualiza os artigos 550 e 551 e parágrafo único do Código Civil em face do art. 156 e parágrafos, da Constituição Federal referentes ao usucapão. Parecer, sob n.º 444, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e, quanto ao mérito, pela rejeição.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 37, de 1954, que concede aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Presidente Geral da Secretaria do Senado (oferecido pela Comissão Diretora, como conclusão de seu Parecer n.º 501, de 1954, sobre requerimento do interessado).

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das maderas próprias para a construção de tangas. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (ns. 386, de 1953 e 1954, de 1954), pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 367, de 1954, favorável ao projeto; da Comissão de Finanças sob n.º 368, de 1954, oferecendo substitutivo.

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FERREIRA DE SOUZA, NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA (NOTURNA) DO DIA 15 DE JULHO DE 1954

#### O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, surpreenderam-me profundamente a discussão do Acordo Cultural entre o Brasil e a Espanha, nesta sessão, e a atitude tomada a respeito por elementos do Itamarati dirigindo-se oficial ou oficiosamente, por via de carta e de crítica mimeografada ao parecer da Comissão de Relações Exteriores, tendo a revelia dos que aqui estudaram o assunto com espírito de justiça e preocupados exclusivamente com o que lhes parece ser o interesse do Brasil.

Essa forma de agir, dissonante das normas habituais, põe em cheque o Senado e fere até o amor próprio de cada um dos seus membros.

Vamos contar a história.

O Acordo Cultural com a Espanha veio ao Senado há cerca de dois anos. Submetido às diversas comissões, teve pareceres contrários, sobretudo da Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. Georgino Avelino — Exclusivamente da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — ... do qual fui relator. Aceito a correção do senador Georgino Avelino, ressaltando ainda o voto contrário do senador Luiz Tinoco, na Comissão de Educação e Cultura.

Conhecida a manifestação da principal Comissão, e por solicitação não oficial dos interessados no Ministério das Relações Exteriores, conviemos todos em protelar a apreciação no plenário. Há dois meses, ou mais, voltou ele à pauta, concordando eu e o eminente líder da maioria, Senador Alvaro Adolpho, em pedir o adiamento, por atender a solicitações do Itamarati. Poucos dias depois, aqui veio, se me não engano, o Ministro Chermont, que conosco se entendeu.

O Sr. Georgino Avelino — Permite V. Ex.<sup>a</sup> uma explicação? (Assentimento do orador) — O Itamarati dirigiu-se à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — O Itamarati não podia fazê-lo, sem quebra da consideração a esta Casa e da atenção devida aos Srs. Senadores. Houve aqui um passe de mágica, muito fora dos métodos de ação da honrada Casa de Rio Branco e que o Senado está no dever de repelir, sem ouvir de lhe identificar os autores.

O Sr. Georgino Avelino — A Comissão de Relações Exteriores deu conhecimento ao Senado.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — A Comissão nada mais tinha que ver com o caso. Devolvido o projeto como o seu parecer, cessou a função.

O Sr. Georgino Avelino — Mas se tratava de uma explicação oficial.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Vou mostrar a V. Ex.<sup>a</sup> que não há explicação oficial. Pode V. Ex.<sup>a</sup> aceitá-la, porque não fazia parte da Comissão naquele tempo e não foi chamado às confabulações a respeito.

O Sr. Georgino Avelino — Realmente, naquela época, não fazia parte da Comissão.

O Sr. Dario Cardoso — Tendo eu recebido esse documento do Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, não podia deixar de lê-lo.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — V. Ex.<sup>a</sup> fez bem em lê-lo. Vou, agora, explicar ao Senado o que houve.

Dizia eu, Sr. Presidente, que há cerca de dois meses, fomos eu e o nobre Senador Alvaro Adolpho, líder da maioria, gentilmente procurados, por um eminente enviado do Itamarati, homem inteligente e de fino trato, a fim de conversar sobre o assunto. Combinamos os três que o Itamarati promoveria uma troca de notas diplomáticas com a Espanha, visando ou a modificar ou a interpretar o Artigo 10 do Tratado, por forma a afastar as dúvidas do parecer. Daí a surpresa que me causou a carta há poucos momentos lida, e na qual nenhuma referência se faz à matéria desse compromisso. Em vez de atender à opinião desta Casa, já não direi pela sua hierarquia, preferiram os elementos direta ou indiretamente responsáveis pelo Acordo, aproveitar outros intermediários e tentar o golpe, distribuindo por outro lado, críticas mimeografadas ao parecer da Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. Georgino Avelino — V. Ex.<sup>a</sup> não poderá estranhar que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores receba uma comunicação oficial do Itamarati.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Não estranho que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores receba uma comunicação oficial. Mas estranho que se trate assim o assunto.

O que parece haver, Sr. Presidente, é a pouca ou nenhuma vontade da Espanha em modificar a cláusula e um certo desinteresse dos elementos brasileiros encarregados do caso, talvez mesmo a susceptibilidade dos negociadores primitivos aliado ao natural espírito de tolerância da carreira que eles, incontestavelmente, dignificam.

Fui, certa vez, convidado — essas coisas devem agora ser ditas — por eminente deputado, para jantar em sua casa, em companhia do anterior e nobre embaixador da Espanha. Um pretexto gentil para se abordar o assunto, que, efetivamente, foi objeto da palestra. Já então, o digno representante da gloriosa nação latina opôs todas as objeções pessoais à troca de notas ou a qualquer outra forma de alterar ou interpretar o art. 10, que dizia usual em avenças concluídas sob a égide da antiga Liga das Nações.

Dai concluir eu terem agido agora os nossos diplomatas da forma que estamos vendo por nada terem obtido do Governo ibérico e lhes parecer necessário o Acordo, ainda com o antidemocrático e ditatorial artigo 10, o que lhe é compreensível em homens do mundo internacional, mas não o é nos que aqui vivemos sem brilho, mas cuidadosos da nossa liberdade.

O artigo 10 em causa estipula que cada uma das Altas Partes contratantes promoverá. — Note bem o Senado que não é "pode promover" ou "poderá promover", pois o uso do verbo no futuro, para nós, juristas, vale por uma obrigação — a revisão dos textos dos livros e publicações de história e de alta cultura, utilizados nos seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, vale dizer, da cultura histórica, política, etc., de modo a evitar a atenção do Senado — que sob qualquer forma se falseie a verdade histórica.

O Sr. Georgino Avelino — Essa já é uma contra-proposta do governo brasileiro.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Ai o engano de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Georgino Avelino — A redação do artigo é outra.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Não. A redação do artigo é esta.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> pode mandar-me o projeto para leitura do artigo? — (O orador é atendido)

O Sr. Georgino Avelino — Mas houve contra-proposta.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Sr. Presidente, conheço todos os fatos.

O Sr. Hamilton Nogueira — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte esclarecedor? — (Assentimento do orador) — A aprovação desse projeto é uma monstruosidade, porque vamos permitir a um país estrangeiro o que não se permite ao nosso governo, isto é, a liberdade de pensamento. A aprovação desse projeto será uma capitulação do Senado.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Perfeitamente.

Sr. Presidente, o artigo 10 diz:

"Cada uma das Altas Partes contratantes promoverá a revisão dos textos dos livros e publicações utilizados em seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que sob qualquer forma se falseie a verdade histórica". Eis como não falseia a "verdade histórica" da redação.

O Sr. Hamilton Nogueira — Isto é uma censura internacional estabelecida no Brasil.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Perfeito.

Pego licença ao Senado para ler o que se contém no parecer firmado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores, na anterior composição, assinando-o não sómente o saudoso Senador Melo Viana, o relator e os nobres Senadores Alfredo Neves e Noveis Filho.

O comentário do parecer, Sr. Presidente, é o seguinte:

"Cada uma das Altas Partes contratantes promoverá a revisão dos textos, livros e publica-

ções utilizados em seus estabelecimentos de ensino adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que sob qualquer forma se falseie a verdade histórica".

Note-se-lhe de início, a feição compulsória: "cada uma das Altas Partes promoverá a revisão". A versão espanhola usa da expressão "Emprenderá". O emprego do futuro do indicativo em leis, contratos, tratados, convenções, etc., traduz sempre norma de execução necessária. Assim a Convenção impõe ao Brasil a tarefa de rever os livros e publicações adotados ou utilizados nos seus estabelecimentos de ensino. O assunto sai do âmbito das convenções internacionais, às quais só é lícito criar obrigações para as partes contratantes no campo internacional. A vida interna, as conveniências do ensino de cada um, a adoção de livros nas suas escolas, cursos, faculdades e universidades é matéria de sua legislação particular.

Por outro lado, cria-se para os Estados contratantes uma função desconhecida: a de rever livros e publicações alheios.

Essa função de revisor importará necessariamente na de controlador dos idéias, de ditador de princípios, de mestre soberano. Não será mais o *magister dixit* senão o *princeps dixit* ou o melhor "*quod princeps placuit legis et vigorem*".

A função de rever acarreta ainda a possibilidade de alterar, de modificar, mesmo de contrariar. E' o Estado reservando-se a imposição de uma doutrina oficial.

Essa possibilidade vai de encontro aos artigos 141, parágrafos 13 e 19 e 168, VII, da Constituição. Quanto ao primeiro porque traduz, no final de contas, uma negação da liberdade de pensamento e de palavra escrita, fora das exceções previstas. Quanto ao segundo, porque permite a alteração, vale dizer, a contrafação do livro ou da publicação, ferindo o direito autoral. E' por fim, porque, limitando o campo dos livros e das publicações nos estabelecimentos de ensino, negada estará a liberdade de cátedra.

Qual o fim da revisão?

"Adapta-las (os livros e as publicações) aos fins correspondentes, para evitar se falseie, de qualquer forma, a verdade histórica".

Verdadeiro monopólio da verdade histórica. Só é verdade o que o Estado entender o que aos homens dos respectivos governos parecer tal. O mais, seja qual for o fundamento, resulte de indagações pessoais, resalte de documentos, conste de museus, de arquivos ou de bibliotecas, tenha raízes na tradição oral, só será verdade se o oficialismo lhe comunicar a pública. Os fatos não terão sido rigorosamente o que foram, mas o que os revisores quiserem que tenham sido. E como neste e nos assuntos sociais em geral, o expositor nem sempre pode calar a sua crítica, ou deixar de opinar em substância, de fazer o julgamento de valor, de manifestar a sua idéia do dever ser, teremos que essas idéias, esses juízos de valor, as críticas só permanecerão se concordar com os pontos de vista oficiais, com a filosofia do Estado, ou melhor, do seu regime político ou simplesmente com os interesses ou com as idéias pessoais dos seus governantes.

No campo internacional, essa possibilidade fere a Declaração dos Direitos do Homem da Carta da ONU. Essa forma de ação estável pode ter outro valor, menos o valor cultural. A cultura exige liberdade.

Há que salientar ainda o seguinte: a revisão será feita por cada um dos países dentro do respectivo território e em relação aos seus estabelecimentos de ensino. Quais os livros e publicações? Os referentes à sua his-

tória ou os que dissem respeito à história do outro? O Brasil fará a revisão dos seus livros, isto é, dos seus autores e que trataram da sua história, ou corrigirá os de autores espanhóis, visando ao ensino das coisas espanholas e aceitar o falseamento dos fatos históricos da Espanha?

No primeiro caso, surge uma outra pergunta: que interessa ao Convênio a revisão pelo Brasil dos seus livros, para restaurar a verdade quanto à sua história? Evidentemente, nada, pois o problema é interno, e de realização constitucionalidade possível. Trata-se-á, então, de rever os livros e publicações espanholas? Mas, qual a autoridade do Governo brasileiro neste particular? Se não lhe é possível impor uma certa forma de narrar ou determinar o conteúdo da sua história ou forçar a respectiva interpretação, como poderá rever o livro espanhol?

O Sr. Hamilton Nogueira — Admitimos que o acordo, em vez de ser com a Espanha, fosse com Portugal. Tomemos um fato histórico discutido aqui e em Portugal: a vinda de D. João VI, para o Brasil. Alguns a interpretam como uma fuga ao exército de Napoleão, comandado por Junot, enquanto Antônio Sardinha e outros a interpretam como a salvação do trono brasileiro. Houvesse a imposição, não seria possível completá-lo, com toda a liberdade, a crítica e o pensamento histórico.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Um dos argumentos que os emissários do Itamarati sempre usaram nas conversas comigo e com o Senador Alvaro Adolpho, foi o de que a redação desse artigo partira de uma contra-proposta brasileira. Não a conhecia eu. Agora, porém, a cópia mimeográfica a todos distribuída, esclarece tudo.

Veja o Senado o que a Espanha propôs:

"Cada uma das Altas Partes contratantes empreenderá a revisão dos textos, livros e publicações utilizadas nos seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, para evitar sob qualquer forma, se falseie a verdade histórica".

Argumenta o Itamarati que temos convênios dessa natureza com outros países e também aqui fazemos a revisão de livros escolares primários.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Comunico ao nobre orador que faltam dois minutos para o término do tempo de que dispõe.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente, diante disso, bastar-me-ia exclamar: "excusez du peu".

Comparar revisão de livros de escola primária com revisão de tratados, monografias, cursos sobre história, sociologia, em questões de alta cultura, é espantoso. Não se compreende num documento oficial.

Por outro lado, eu não faria questão da cláusula com respeito a determinados países. Num tratado Cultural com a Inglaterra ou com os Estados Unidos — nações de base democrática absoluta — ela não teria significação, pois nele nenhum governo se abalancaria em adotar nas suas escolas determinados livros a revê-los.

A cláusula X do Tratado não nos recomenda e deve ser repelida. Só poderia ser compreendida entre dois países de regime idêntico. Não é possível pensar nela entre um país democrático, como o Brasil, e outro totalitário.

Não censuro o regime espanhol. Antes, respeito-o, pois os espanhóis é que devem julgá-lo, aceitá-lo, ou repeli-lo. Tive mesmo profundas simpatias pela causa revolucionária de que ele surgiu. Aqui, porém, aponto os fatos, como eles são. Trata-se de regime to-



talitário, e esta é a razão pela qual apelo por que o Senado, defendendo até o seu poder de julgar assuntos desta natureza, recuse aprovação ao Tratado. (Muito bem!)

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLAVIO GUIMARAES NA SESSÃO DE 13 DE JULHO DE 1954

##### O SR. FLAVIO GUIMARAES:

Sr. Presidente, já estamos para terminar aquilo que o eminente mestre Júlio Nogueira chama a batalha ortográfica, se bem enquanto houver língua falada e escrita não lhe morrem os problemas e as discussões. Demos parecer na Comissão de Educação e Cultura, porque a matéria interessava, muitíssimo, sob o ponto de vista educacional, e não poderia discutir as regras de gramática ou as regras inseridas no Acórdão Ortográfico em vigor no Brasil e competentemente aprovado pelas autoridades competentes.

O brilhante mestre Sr. Júlio Nogueira afirma, diz em artigo publicado no "Jornal do Comércio" que respeita o trabalho do nosso parecer, mas entende, no entanto, que estão as nossas opiniões completamente discordantes.

##### Diz S. Ex.ª

"Respeitamos o trabalho do Senhor Senador Flavio Guimarães, assim como respeitamos a sua opinião pessoal favorável ao Acórdão Gráfico que os brasileiros não querem. Devemos porém acentuar que o seu parecer somente poderá prevalecer quanto ao fim legal, isto é, aquilo que foi submetido à decisão do Congresso Nacional: aprovar ou não aprovar a Convenção Ortográfica. As considerações que produziu, procurando atar o detestado sistema de 45 aos destinos do ato internacional e que não podem prevalecer. Por isso, para evitar dúvidas, o parecer que se deve aprovar será o que se limitar ao fim legal, aquilo que pediu o Presidente da República, na sua Mensagem a que nos referimos.

Sr. Presidente. Um dos mestres a quem mais consideramos, pelo seu valor e patriotismo, é o Sr. Júlio Nogueira.

O livro A Linguagem Usual e a Composição trás em seu bôo os mais sadios ensinamentos do idioma e os mais nobres mandamentos morais. Ensina com alta autoridade aos que escrevem, desde o simples manuseio das letras, até aos que procuram melhorar o estilo, ressaltando, dar-lhe vida, a necessidade individual e patriótica que tem o brasileiro de se educar na clareza de expressão, na harmonia do estilo, no boleio cantante da frase a fim de evitar a decadência da linguagem de Rui Barbosa e a formar o cristalino das expressões na defesa do opulento e grandioso tesouro, que temos o dever de preservar carinhosamente".

Julgamos que o tesouro do idioma que escrevemos e falamos no Brasil é o mais poderoso vínculo da unidade nacional e, por essa alta razão principalmente de ordem política, precisamos reagir contra o estilo dissaborido e áspero que lhe contrariam os mais puros ensinamentos da gramática e do bom escrever.

Os ensinamentos do velho e grande mestre Sr. Júlio Nogueira formam os rios que marulham na floresta brasileira com docura e maravilhoso encanto e vão fertilizando, por onde passam, a terra venerada sempre em plena exuberância.

Agradecemos a oportunidade, desta tribuna, que nos permitiu o destino de prestar as nossas homenagens a quem tão brilhantemente orientou a mocidade brasileira para o conhecimento do idioma, que como há pouco afirmamos, é o vínculo mais poderoso da unidade nacional.

A Comissão de Educação e Cultura tem de estudar o problema sob o aspecto de sua utilidade educacional e aplaude o enorme benefício de padronizar a ortografia para que se evite a secular querela de escritores em torno de preconceitos de grupos ou as paixões inexplicáveis e quase doentias que não chegam a clarear a beleza do problema e sua alta finalidade pedagógica, mas formar ódios e intensificar malquerenças.

O objetivo é o de evitar as inúteis e estéreis discussões e dar à mocidade das escolas o breviário ortográfico padronizado com a metodização da palavra escrita do linguajar português.

Passamos, em seguida, a declarar que havia dois atos distintos: O Acórdão Ortográfico, propriamente dito, que é a lei, publicada no Diário Oficial de 30 de maio de 1946, por meio de Decreto-lei (Poderes Executivo e Legislativo), em pleno vigor, ato internacional que não pode ser revogado pelo Congresso, mas por meio de denúncia do Poder Executivo e a Convenção Ortográfica de 1943, objeto da Mensagem Presidencial, a que nos cingimos, com a seguinte conclusão:

Somos, assim, pela aprovação ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal em 29 de dezembro de 1943, em todo o seu inteiro teor.

O "Jornal do Comércio" publicou o parecer da Comissão de Educação e Cultura por onde se verifica que, entre os dois grandes escritores que enriqueceram a Literatura Parlamentar — Rui e o Professor Carneiro Ribeiro — as palavras usadas são antinômicas; cada um escreve como quer, como entende, no livre alvério de suas formas culturais do vernáculo, mas não serve nenhum dos sistemas — se se pode chamar a isso sistema — para orientar a ortografia das escolas e o modo do escrever dos brasileiros.

Passamos, em seguida, a declarar que havia dois atos distintos do Acórdão Ortográfico, que é lei, que somente pode revogar-se por meio de denúncia internacional feita pelo Governo representado no Decreto-lei número 8.286, de 5 de dezembro de 1945 cuja ementa é a seguinte: Anova o Acórdão Ortográfico para a Unidade da Língua Portuguesa.

A nossa conclusão foi de clareza solar, não obstante afirmarmos que o Acórdão Ortográfico está em pleno vigor a ele nos referimos, apenas, por argumentos, porque o que está em discussão é a Convenção Ortográfica, que investe de poderes a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, de guardas superiores na defesa dos padrões ortográficos estabelecidos e os que vierem a estabelecer-se para o futuro. Normas abstratas de ação futura. E concluímos pela aprovação Ortográfica, firmada entre o Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943, em todo o seu inteiro teor.

Consistentemente, o parecer da Comissão de Educação e Cultura, unanimemente, não objetiva o Acórdão de 1943. Na conclusão lógica e tranquila do parecer, era natural que houvesse referências ao Acórdão em pleno vigor. Tanto o está que o artigo primeiro do Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945, declara:

"Fica aprovado o Acórdão Ortográfico para a unidade da língua portuguesa, resultante dos trabalhos da Conferência Interacadêmica de Lisboa e publicado em anexo ao presente Decreto-lei".

Aqui está, Sr. Presidente, um dos grandes mestres da língua portuguesa. O Ilustre Senador Costa Pereira.

O Sr. Costa Pereira — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Quando vamos à Biblioteca fazer consultas para elucidar os pareceres que temos de estudar nas Comissões, encontramos S. Ex.ª a deliciar-se nas encantadoras leituras de

Camilo Castelo Branco, Alexandre de Gusmão, Vieira e todos os grandes clássicos portugueses. Toda as vezes que, qualquer regra de sintaxe se nos torne movediça, e ao eminente Senador que nos aclareia e dissipa as dúvidas.

O Sr. Costa Pereira — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Prosseguindo, dizíamos que a Convenção Ortográfica dá à Academia Brasileira de Letras e à Academia de Ciências de Lisboa a faculdade legal de zelar pelo padrão ortográfico da língua portuguesa e das palavras em que houver dúvidas a fim de lhes fixar o exato sentido. O papel das Academias em toda a parte do mundo foi o de zelar pelo patrimônio linguístico. Assim, por meio da literatura se vai polindo o idioma das neologismos inúteis, estrangelismos, solecismos, arcaísmos e uma série de manchas que o maculam.

O Sr. Costa Pereira — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Com muito prazer.

O Sr. Costa Pereira — Sou dos que respeitam a inteligência e a cultura de V. Ex.ª.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Bondade do nobre colega.

O Sr. Costa Pereira — Mas quanto à grafia das palavras estamos em pontos diametralmente opostos. Vossa Ex.ª há de convir que seria desastroso a nós brasileiros a execução do Acórdão firmado em Lisboa respeitante a este mesmo assunto gráfico, V. Ex.ª há de convir em que nenhum brasileiro pronunciará "ônibus" com acento agudo no O, como querem os portugueses.

O Sr. Joaquim Pires — E não apenas à palavra ônibus, mas de muitas outras.

O Sr. Costa Pereira — Há incongruência notável, e se admitir "ônibus" com acento agudo sobre o "o", respeitando aquele definido latino que V. Ex.ª muito bem conhece "omnis", teremos que escrever omnibus, omnipotente, com m.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — V. Ex.ª há de me desculpar. Em primeiro lugar, a pronúncia em nosso país, é extremamente diferente de um lugar para outro.

O Senador Ferreira de Souza observou que, na Comissão de Constituição e Justiça, oito senadores pronunciavam diferentemente determinado vocábulo.

A pronúncia do golano é diferente da do carloca, como a do paranaense se difere da de outros Estados.

O Sr. Joaquim Pires — Como quer V. Ex.ª adotemos a pronúncia de Portugal, se aqui mesmo há diferenças no dizer as palavras? Responderemos ao aparte de V. Ex.ª. Em primeiro lugar o que caracteriza a eternização dos idiomas é a sintaxe, que se conserva imutável através dos séculos. Está, ainda, viva a sintaxe de Cícero, de Júlio César, os lindos versos de Virgílio, que cantam a homem a arrotear a terra, o agricultor a fecundar os campos e tudo quanto se refere ao trabalho do homem sob o sol ou sob os rigores da natureza.

A sintaxe mantém invariável através dos tempos. Acontece, ao contrário, ainda com o latim, em relação à prosódia. Não há uniformidade para a pronúncia.

O som dos vocábulos pronunciado pelo professor francês é diferente do som pronunciado pelo professor italiano e, ainda, difere dos mestres brasileiros e muito mais difere dos professores alemães.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador faltarem apenas dois minutos para se esgotar a hora do expediente.

O SR. COSTA PEREIRA (Pela Ordem) — Sr. Presidente, peço a Vossa Ex.ª consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, para que o no-

bre colega, Senador Flávio Guimarães, conclua suas considerações.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento do nobre Senador Costa Pereira, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado. Continua com a palavra o nobre Senador Flávio Guimarães.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Agradeço Sr. Presidente, a Vossa Ex.ª e à Casa, a prorrogação concedida.

O Sr. Joaquim Pires — Permite V. Ex.ª ligeira interrupção? (Assentimento do orador) Sou agora chamado a comparecer à reunião de uma Comissão, composta de Senadores e Deputados, e por esse motivo não poderei demorar-me no plenário; espero no entanto, poder ouvi-lo quando o projeto vier a plenário, para discussão.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Sr. Presidente, relativamente ao aparte do nobre colega, Senador Joaquim Pires resumiremos o nosso ponto de vista. S. Ex.ª é um dos Senadores do qual dificilmente se pode divergir, já porque o consideramos um dos grandes Senadores da República, já porque entendemos, sem o menor espírito de lisonja senatorial, que Sua Ex.ª honra qualquer palamento do mundo.

O Sr. Joaquim Pires — Agradeço a V. Ex.ª as expressões elogiosas.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Sr. Presidente, impressiona-nos a resistência de S. Ex.ª, física, moral e intelectual, pois permanece nas discussões das Comissões três, quatro, horas, lucido e vigilante e ainda vem invariavelmente para as batalhas do plenário.

A Convenção Ortográfica nada tem de ilegal ou inconstitucional. É ato rudimentar da vida dos povos cultos, dar à sua Academia maior prestígio para que zele mais continuamente pela manutenção dos padrões ortográficos. Todavia, o que impressiona S. Ex.ª, o Senador Joaquim Pires é a proclamação da pronúncia dos portugueses o que nada tem de ver com a ortografia que é a palavra escrita. Veja o eminente Senador a pronúncia do Norte em relação ao Sul ou a pronúncia dos próprios Senadores, como observou o senhor Professor Ferreira de Souza.

Sustentam alguns que a pronúncia poderá ser corrigida ou atenuada, para o futuro com o uso dos sinais diacríticos, com a acentuação das palavras, a qual constitui alergia ou ogeza dos escritores brasileiros. Chegamos, apaixonadamente, a negar o valor dos acentos e houve quem afirmasse que a reforma ortográfica trouxera "verdadeira floresta de acentos".

Avançamos mais um pouco e o brasileiro começa a preocupar-se com a acentuação. Lembramo-nos de que o senhor Antônio Carlos a quem perguntamos de uma feita, porque também era contra a ortografia simplificada. Respondeu-nos, ironicamente o grande parlamentar: Porque me puseram uma chapeleta no Antônio. Agora, reclamam os brasileiros que vão tirar o acento circunflexo e colocar uma barrete egípcio, que é o acento agudo.

O Sr. Costa Pereira — Mas V. Ex.ª há de convir que, realmente, não há necessidade do acento.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Não desejávamos entrar propriamente na técnica dessa discussão, porque vamos passar as questões gramaticais o que não é o objetivo da Comissão de Educação e Cultura. Em atenção a V. Ex.ª, mestre tranquilo, modesto e silencioso, lembramos que no meio de cinquenta e uma regras, apenas, duas são impugnadas. Uma delas ensina que o acento circunflexo anasala a sílaba anterior em certas palavras, que tem m, ou n. Exemplo: fenómeno, económico, Antônio, em que o acento circunflexo anasala a sílaba



anterior. Aliás, queremos crer que na discussão travada em Lisboa, com inteira liberdade opinativa, concluiu-se que em Portugal, como no Brasil, a pronúncia é Antônio e não António; econômico e não económico, tanto é assim que dizemos: Caixa Econômica, vida econômica, criatura econômica. Tanto em Portugal como no Brasil, a pronúncia é colônia e não colónia. Ora, se o acento circunflexo não anasala a sílaba anterior, vamos colocar o acento agudo.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador) Pelo menos no Nordeste e no Norte do Brasil, onde o idioma se manteve mais fiel ao que foi trazido de Portugal, não se diz "Antônio", mas "Antônio", diz-se econômico em vez de económico.

O Sr. Costa Pereira — Por quê? O Sr. Onofre Gomes — Porque são palavras naturalmente nasáladas, uma vez que a vogal está como na palavra "econômico" entre um "m" e um "n".

O Sr. Costa Pereira — Ai está um fenômeno de nasalação natural.

O Sr. Gomes de Oliveira — Os portugueses, porém, querem que se pronuncie "Antônio", "econômico", etc., e não é possível concordarmos com essa pronúncia.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Como V. Ex.<sup>a</sup> pronuncia?

O Sr. Onofre Gomes — Eu digo "Antônio".

O SR. FLAVIO GUIMARAES — V. Ex.<sup>a</sup> está pronunciando de acordo com Portugal.

O Sr. Onofre Gomes — Não. Pronuncio "Antônio", Caixa Econômica e não pode ser de outra maneira, pois são palavras naturalmente nasáladas. Portugal, porém, quer subir uma vogal que é nasal, e não podemos ceder a imposição do ponto de vista dos portugueses. A verdade é que essa reforma nada tem de científico. Hoje em dia, abusa-se do emprego da palavra "ciência". Tanto nada há de científico, que, no momento, precisa-se pôr um acento circunflexo no "e" de ele.

Ora, a ciência só tem um aspecto que, se não é o certo, pelo menos deve ser o que se aproxima do mais certo. Preferível seria não se ter feito a reforma ortográfica, simplificando a escrita, dispensando a gemação de letras. Antigamente, escrevia-se "ele" com dois "l", isto é "elle", muito mais rapidamente do que hoje, pois não se precisava tirar a pena do papel para colocar o acento circunflexo no "e". Logo, não há vantagem; ao contrário, há desvantagem, pois que, anteriormente, pronunciava-se o "ele" com os dois "l". Isso facilitava de certo modo, a aprendizagem do idioma francês aos brasileiros, pelo auxílio extraordinário que prestava a memória. Se, por um lado, o pronome masculino era diferente "il" o feminino era idêntico ao masculino português "elle" de forma que se apprehendia mais facilmente. A verdade é que Portugal deseja impôr-nos seus pontos de vista.

O Sr. Costa Pereira — É uma convenção cancrichosa.

O Sr. Mozart Lacerda — É incoerente. Em vez de simplificar, veio duplicar letras que, no Brasil, nunca foram duplas.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Pedimos a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o seguinte: Aqui está a comissão que assinou o acordo, cujo Presidente foi Júlio Dantas; Pedro Calmon; Ruy Ribeiro Couto; Olegário Mariano; Gustavo Cordeiro Ramos; José Maria de Queirós Velloso; Luiz da Cunha Gonçalves; Francisco da Luz Rebelo Gonçalves e José de Sá Nunes. Relator.

São homens de alta reputação, patriotas, dignos, que discutiram o problema com toda a liberdade, com todo o sentido da dignidade humana e aceitaram as bases do acordo Ortográfico, porque o julgaram à altura das tradições e da índole da língua portuguesa. As pequeninas divergências po-

derão ser consertadas dignamente, sem ataques, sem alevosias, dentro dos quadros onde se movem os homens de educação social e também política.

Mas o que estamos discutindo não é o Acordo que já é lei e será cumprido ou não. Trata-se da Convenção Ortográfica.

O Sr. Onofre Gomes — O Acordo será lei se for aprovado pelo Senado.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Puro engano de V. Ex.<sup>a</sup>. Não, o Senado não vai tratar do Acordo Ortográfico. É justamente o engano que incidiu o brilhante filólogo Sr. Júlio Nogueira. Não interessa ao Senado nem à Comissão de Educação e Cultura do Senado tratar de lei em pleno vigor. Vamos aprovar, agora, a Convenção Ortográfica de 1943, em cujas cláusulas se determina que a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa estudarão o modo por que se devam grafar determinados vocábulos. Ficam por guardião da conservação do padrão ortográfico. A própria mensagem do Ministro das Relações Exteriores declara que o Acordo de 1945 está plenamente aprovado.

O Sr. Onofre Gomes — É lamentável que uma comissão douta, como a que V. Ex.<sup>a</sup> acabou de citar, houvesse assinado o Convênio da Reforma Ortográfica de 1943 e de 1945. Tal Comissão parece que não levou na devida conta a incumbência que recebeu do povo brasileiro, através do Governo. O que existe na reforma de 1945 é exclusivamente de Júlio Dantas e do grupo português.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — V. Ex.<sup>a</sup> me desculpe, mas o Acordo recebeu valiosa colaboração e a influência de Sá Nunes, um dos maiores filólogos e grande brasileiro, dos mais dignos que o Brasil tem tido.

O Sr. Onofre Gomes — Na opinião de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Exatamente, em nossa opinião, muito sincera e muito justa. Não é possível responsabilizá-lo pela aceitação do Acordo, porque este é produto da aprovação da Comissão Brasileira, integrada por brasileiros de alta dignidade e cultura.

O Sr. Onofre Gomes — Mas essa Comissão não aprovou tudo aquilo que já tínhamos conseguido em trinta anos.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — O Professor Sá Nunes é um grande brasileiro; filólogo profundo, notável valor, não só moral e intelectual, como padrão de dignidade dos mais elevados que o Brasil possa ter. Não conhecemos nenhum brasileiro mais digno do que o eminente mestre Sá Nunes.

O Sr. Onofre Gomes — Não o conheço e não sei através desse ato pelo qual sacrificou o que já havíamos conseguido em favor da língua falada no Brasil. Ninguém aqui pronuncia António.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — O nobre colega está apaixonado pelo assunto. V. Ex.<sup>a</sup> sempre brilhante e tranquilo não pode ter as expressões apaixonadas que transparecem de suas palavras.

V. Ex.<sup>a</sup> é grande valor e somente por paixão pode discutir pequeninas nugas como António — como pronunciámos — e António, como V. Ex.<sup>a</sup> pronuncia.

O Sr. Onofre Gomes — A diferença de linguagem é enorme, mas apesar disso quer nos amarrar, por efeito de lei, a princípios com os quais o Brasil jamais deveria concordar.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — V. Ex.<sup>a</sup> está enganado, discute o assunto levado pela paixão muito violenta.

O Acordo Ortográfico foi discutido por gente culta e brilhante e os brasileiros é que foram a Lisboa.

O Sr. Onofre Gomes — Não existia paixão da minha parte, quando digo

que o Brasil retarda sua emancipação filológica.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — A maioria dos técnicos brasileiros é pelo Acordo Ortográfico. Não tenha nenhuma dúvida a esse respeito.

O Sr. Onofre Gomes — Querem-nos escravizar à língua portuguesa.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Não pode haver tal escravização porque as línguas são organismos vivos, que evoluem e não param em sua marcha. E o patrimônio é comum.

O Sr. Onofre Gomes — No momento, o que se verifica é a mesma luta que tivemos que travar para admissão dos neologismos e estrangeirismos. Só há um meio de enriquecer-se uma língua: é adotando, quando necessário, o estrangeirismo.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Os estrangeirismos só devem ser admitidos no mero de qualquer idioma, quando não há de forma absoluta palavras que o substituam, mas quando existem palavras vernáculas, o estrangeirismo é nódoa que mancha, desnacionaliza e deturpa qualquer idioma. Trazer para o idioma português estrangeirismos que substituam palavras de tradição — estragar por debitar — não é só enfraquecer a índole e o encanto de um idioma mais ou menos conservado por suas grandes correntes literárias, mas também o deturpar e o desnacionalizar. Neste ponto estamos acordos com V. Ex.<sup>a</sup>. O idioma é patrimônio comum. Não pode haver imposição ao que é comum, à língua que todos falamos e escrevemos. Nunca acreditamos que houvesse língua brasileira.

As paixões é que dão o nome às diferentes manifestações do espírito humano.

Nunca existiu língua brasileira. No dia em que houver dialeto brasileiro, este viverá pela eternidade dentro da língua portuguesa, como esta há dois mil anos está na essência com o latim, desde que surgiu o tronco românico e se desgarraram o espanhol, o italiano, o francês e a língua portuguesa, assim como o grego está dentro do latim.

O velho Portugal tem raça e conserva o cerne de seu imenso e grande valor.

O Sr. Onofre Gomes — Não há para quem não quer reconhecer a língua brasileira.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Nunca existiu; dá-se-lhe esse nome como que para demonstrar que há tendência a variar a sintaxe no Brasil. Podem decorrer dois mil anos de dialeto brasileiro que, no fundo, a língua será sempre portuguesa, como esta, tem sua origem no latim que, por seu turno, se abeberou nas letras gregas.

O Sr. Onofre Gomes — V. Ex.<sup>a</sup> avançou demais. Até os anos 1.200 e 1.300 o português e o castelhano eram uma só língua. Manuseie V. Ex.<sup>a</sup> as "Ordinações Afonsinas" e verificará que as palavras eram escritas da mesma forma. Do ano 1.200 para cá é que se diferenciou e são quase oito séculos.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Mas o português se desgarrou do tronco românico que, sabemos, era fundamentalmente latino. São coisas corriqueiras em matéria de etimologia, saber que o latim há dois mil anos e até hoje é base do idioma de Portugal.

O Sr. Onofre Gomes — Até o ano 1.200 não havia língua portuguesa; havia universalidade da língua ibérica.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Pensa V. Ex.<sup>a</sup> assim e é respeitável o seu ponto de vista. Pode V. Ex.<sup>a</sup> verificar que a língua portuguesa, como a francesa e a espanhola, desgarraram-se do tronco românico, que por seu turno, se deriva do latim. A língua portuguesa está fundamentalmente dentro dos textos latinos. Apela-se no latim e, por conseguinte, um dialeto brasileiro, mesmo depois de dois mil anos de existência, nada mais será em essência, que alma e sangue da língua portuguesa. Não podemos argu-

mentar, como pretende o eminente Senador, com pequeninas nonadas. Devemos penetrar ao valor político, moral e social do problema.

O Sr. Onofre Gomes — Creio, então, não haver alcançado o ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Se a nossa discussão descamba para António ou Antônio, colónia ou colônia, está demasiado vasia e precisa ser elevado ao seu alto nível que presidiu à organização do Acordo Ortográfico estudado com patriotismo e elevação moral dos seus membros.

O Brasil manteve e mantém a sua unidade política com firmeza no idioma, porque o político brasileiro é por natureza destruidor e se o idioma não for nossa base, já seríamos vinte repúblicas sob a cobiça, ou domínio estrangeiro.

O Sr. Onofre Gomes — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> mais um aparte?

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Ouço V. Ex.<sup>a</sup>, com toda atenção.

O Sr. Onofre Gomes — No próprio Portugal, nação pequenina, as diferenças de pronúncia, nas Pr. n. c. i. a. s., são acentuadas. A pronúncia do transmontano não é a do lisboeta.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — V. Ex.<sup>a</sup> vem ao encontro do meu argumento quer é impôr-nos sua pronúncia. do Rio de Janeiro não é a de Portugal.

O Sr. Onofre Gomes — O que Portugal quer é impôr a sua pronúncia.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — A pronúncia de Portugal não é a nossa e mesmo no Brasil, a do Norte difere da do Sul.

O Sr. Onofre Gomes — Mas, quer Portugal que a nossa pronúncia seja igual a dele.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Não é assim. V. Ex.<sup>a</sup> está equivocado. Apelo para o maravilhoso bom senso do nobre colega. No Português brasileiro já houve discussões em torno da matéria, pretendendo-se que o nosso idioma, em vez de língua portuguesa, passasse simplesmente a denominar-se "língua brasileira". Era manifestação de nacionalismo. Carlos de Laet, entretanto, chamava a atenção da Academia de Letras e dizia que a língua é mais de Portugal do que nossa; Portugal não a trouxe e ensinou.

O Sr. Camilo Mercio — Muito bem.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Não podemos criar fantasmas para diminuir o valor de uma língua que sempre foi de Portugal.

O Sr. Onofre Gomes — A língua é tão de Portugal quanto nossa. Agora, a tendência de progresso do idioma é mais acentuada no Brasil porque é nação nova, em desenvolvimento, ao passo que em Portugal, a tendência é a cristalização.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — O que entende V. Ex.<sup>a</sup> como tendência de uma língua ao progresso? Que entende V. Ex.<sup>a</sup> por nação nova?

O Sr. Onofre Gomes — O seu enriquecimento, a sua variabilidade de pronúncia.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — A pronúncia é eternamente variável. Ninguém impõe na própria Comissão de Constituição e Justiça, seus outros membros notaram a diversidade de prosódia.

O Sr. Onofre Gomes — Quer dizer que V. Ex.<sup>a</sup> não nega o rompimento da prosódia?

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Não. Cada um de nós tem pronúncia diferente, o que demonstra a variação da prosódia. A variação da prosódia é eterna.

O Sr. Onofre Gomes — Na oportunidade, voltarei ao assunto, expondo meus pontos de vista a V. Ex.<sup>a</sup> de que a prosódia varia ao infinito.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Sr. Presidente, as línguas são organismos vivos, que estão sempre evoluindo. Inalteráveis são as línguas mortas, como o latim e o grego.

Quando trouxemos a esta Casa o debate ainda nos lembramos a paixão com que, no Senado Federal, em 1936, se discutiu profundamente o problema.

Uma causa causada pela Reforma de 1943, que todo o Brasil hoje aceita depois das maiores batalhas sofridas pelos defensores, no Parlamento, das maiores lutas aqui travadas para dar ao Brasil um sentido de vida, para mostrar ao Brasil qual o seu destino, para onde deveria encaminhar a corrente pedagógica dos seus ideais, pois que língua é símbolo, é bandeira; os idiomas são como os ainos; é preciso zelar continuamente por eles para que se não deturpem; para que o solecismo, o estrangeirismo, o arcaísmo, os modismos exóticos não o invadam e matem esse tesouro pulento. E preciso que neles não cresçam as ervas daninhas que stóiam e estrangulam as Patrias. Roma começou a morrer quando a língua começou a decair,

quando não havia mais professores patriotas que defendessem o idioma no alto sentido social e político. Entre nós não pode existir questões que não sejam de alto interesse do Brasil.

As Academias em toda a parte do mundo defendem os idiomas dos seus respectivos países, a literatura dos seus agrupamentos e o fato de a Convenção Ortográfica investir a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa da tarefa de ou do direito ao estudo precipuo de qualquer grafia, para assegurar a unidade ortográfica da linguagem comum, é altamente sábio.

Os brasileiros sempre tiveram verdadeiro horror à acentuação gráfica. Poucos vivíamos receosos de pronunciar determinados vocábulos. Foi preciso luta tenaz e constante para que alguma acentuação nos desse a segurança da pronúncia.

Ainda nos lembramos que um dos mais brilhantes sociólogos, senhor

King Hall, em conferência proferida no Instituto de Educação, dizia que os Estados Unidos gastaram na guerra cerca de trezentos bilhões de dólares e que os economistas previam pavoroso desequilíbrio financeiro e econômico. No entanto, havia o fenômeno pressentido e sutil, que não o perceberam os profetas: a educação formava a riqueza e toda a riqueza americana vem de sua técnica, de seu trabalho, de sua educação, disciplina e coragem.

É esse, o problema de educação o que interessa o estudo e a conclusão a favor da nacionalidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (*fazendo soar os timpanos*) — Lembro ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para o término da prorrogação da hora do expediente.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Vou terminar.

Sabemos que os problemas em relação ao vernáculo apaixonam ao delirio e conduzem a atos que ralam pela

violência de expressões, mas estamos continuamente biltados e só temos em vista a defesa dos altos destinos nacionais.

Quando esses problemas começam a ficar esquecidos, como a defesa dos idiomas, nesse dia a nação começa a urrer. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

## SENADO FEDERAL

### ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 37, DE 16 DE JULHO DE 1954

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições e em virtude de deliberação do Senhor 1.º Secretário, resolve designar Mécio dos Santos Andrade, Oficial Legislativo, classe "M", encarregado da elaboração dos serviços da Diretoria da Ata.

Em 16 de julho de 1954. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.